

Relatório Contábil 2026

1º TRIMESTRE

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Irajá Rezende de Lacerda

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Fernando Magalhães Soares Pinto

COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E MONITORAMENTO DA GESTÃO

Otto Cavalcante Medina

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Samya Carolina Soares Costa

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Jorge Roberto Gabriel

Norma de Deus e Costa

Paulo Sousa Silva

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 02, de 30 de abril de 2026

Aprova o Relatório Contábil do 1º Trimestre de 2026 – Notas Explicativas do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.

A Coordenação de Contabilidade – CCONT, da Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA com fundamento na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art.1º APROVAR o texto final do Relatório Contábil contendo as Notas Explicativas do 1º Trimestre de 2026 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, constante dos autos do processo 21000.032730/2023-44.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA do MAPA, para conhecimento e autorização de publicação no sítio do mesmo em atendimento às determinações do TCU.

CCONT/MAPA:

Samya Carolina Soares Costa – Coordenadora



Documento assinado digitalmente

SAMYA CAROLINA SOARES COSTA

Data: 08/06/2026 11:19:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jaqueline Pereira de Faria Silva – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente

JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA

Data: 08/06/2026 10:58:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jorge Roberto Gabriel – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente

JORGE ROBERTO GABRIEL

Data: 08/06/2026 11:03:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CGGI/MAPA:

Otto Cavalcante Medina – Coordenador-Geral



Documento assinado digitalmente

OTTO CAVALCANTE MEDINA

Data: 25/06/2026 16:35:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SPOA/MAPA:

Fernando Magalhães Soares Pinto – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração



Documento assinado digitalmente

FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO

Data: 25/06/2026 18:09:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sumário

2. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
3.1 SISTEMAS DA ÁREA FIM.....	8
3.2 SISTEMAS DA ÁREA MEIO.....	9
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL	11
4.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	14
4.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	17
4.4 BALANÇO FINANCEIRO	20
4.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
4.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	22
5. NOTAS EXPLICATIVAS.....	25
5.1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	25
5.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	25
5.3. PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	30
5.4 MUDANÇAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVAS.....	30
5.5 PARTES RELACIONADAS	30
6. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL	40
NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	46
NOTA Nº 002 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	48
NOTA Nº 003- PROVISÕES.....	49
NOTA Nº 004 - IMOBILIZADO	52
NOTA Nº 005 - INTANGÍVEL	54
6.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	56
6.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	62
6.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	66
6.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	66
6.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	68
7. REFERÊNCIAS	68
7.1. BIBLIOGRÁFICAS.....	68
7.2 SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA	68

AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital AGRONET - Intranet do Ministério da Agricultura e Pecuária AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro AGU - Advocacia-Geral da União ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural BB - Banco do Brasil BCB - Banco Central do Brasil BGS - Boletim de Pessoal e Serviços BGU - Balanço Geral da União BINAGRI - Biblioteca Nacional de Agricultura BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social BO - Balanço Orçamentário BP - Balanço Patrimonial CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação CEF - Caixa Econômica Federal CFC - Conselho Federal de Contabilidade CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil CCONT - Coordenação de Contabilidade CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira CGU - Controladoria-Geral da União CRC/DF - Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa DISME - Distrito de Meteorologia DVP - Demonstrações das Variações Patrimoniais Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ENAGRO - Escola Nacional de Gestão Agropecuária FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeteira GF - Gestor Financeiro GRU - Guia de Recolhimento da União INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INMET - Instituto Nacional de Meteorologia LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias LFDA - Laboratório Federal de Defesa Agropecuária LOA - Lei Orçamentária Anual MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MEP - Método da Equivalência Patrimonial NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NE - Nota de Empenho NL - Nota de Lançamento NS - Nota de Sistema OB - Ordem Bancária OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras OGU - Orçamento Geral da União PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PF - Programação Financeira PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PIPCP - Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
--	---

RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças RFB - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil RGPS - Regime Geral de Previdência Social RPNP - Restos a Pagar Não Processados RPP - Restos a Pagar Processados	SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação SPA - Secretaria de Política Agrícola SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial SPU - Secretaria de Patrimônio da União STN - Secretaria do Tesouro Nacional SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN TCE - Tomada de Contas Especial TCU - Tribunal de Contas da União TG - Tesouro Gerencial UG - Unidade Gestora
---	--

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária SE - Secretaria-Executiva SEI - Sistema Eletrônico de Informações SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados SFA - Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos SIC - Serviço de Informação ao Cidadão SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas	UGE - Unidade Gestora Executora UGR - Unidade Gestora Responsável VIGIAGRO - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional VPA - Variação Patrimonial Aumentativa VPD - Variação Patrimonial Diminutiva
--	---

2. Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 12.642, de 1º de outubro de 2025, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, a heveicultura e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as florestas plantadas;
- c) Informação agropecuária;
- d) Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal, inclusive pescados e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- e) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura e agroindústria;
- f) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- g) Assistência técnica e extensão rural;
- h) Irrigação e infraestrutura hídrica para a produção agropecuária, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- i) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- j) Desenvolvimento rural sustentável;
- k) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola e pecuário e aos sistemas agroflorestais;
- l) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- m) Cooperativismo e associativismo na agropecuária;
- n) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- o) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse das cadeias de valor da agropecuária.
- p) Garantia de preços mínimos, à exceção dos produtos da sociobiodiversidade;
- q) Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; e
- r) Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários.

A competência de que trata a letra “n” será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias,²⁷ Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgãos colegiados:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria de Política Agrícola;
- b) Secretaria de Defesa Agropecuária;
- c) Secretaria de Desenvolvimento Rural;
- d) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;

- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Política Agrícola; e
- f) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;
A entidade vinculada – Empresa Pública:
- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

3.1 Sistemas da Área Fim

VEGETAL (Lista de sistema categoria Vegetal)

AB+S - Plataforma Agro Brasil + Sustentável
 AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário
 AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários
 CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual
 EXPOV - Plataforma de controle e monitoramento da qualidade vegetal nas exportações
 RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores
 RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças
 SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas
 SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança
 SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças
 SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos
 SIGORG - Módulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
 SIGORG - Módulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
 SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros
 SISPA - Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica
 SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas
 SNPC - Cultivar Web
 SNPC - Sistema de Informações Documentais
 THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

ANIMAL (Lista de sistemas categoria Animal)

CGTQA - Painéis de Requisitos e Certificados da Área Animal
 DCPOA - Declaração de Produtos de Origem Animal
 e-SISBI-SGE - Sistema de Gestão de Estabelecimento
 e-SISBI-SGSI - Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção
 e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias
 PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária
 PGA-RASTREABILIDADE - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva
 PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF
 SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos
 SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF
 SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web
 SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
 SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
 SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

POLÍTICAS AGRÍCOLAS E CLIMÁTICAS

(Lista de Sistema Categoria Políticas Agrícolas e Climáticas)

SISDAGRO – Sistema de Suporte à Decisão na Agropecuária

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira
Plataforma Multi-institucional de Monitoramento de Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Plataforma ABC)
SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira
SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso
SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural
Sistema de Governança do Plano ABC+ (SIGABC)
SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático
SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

3.2 Sistemas da Área Meio

ADMINISTRATIVO (Lista de sistemas categoria Administrativo)

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS
ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos
AGROEVENTOS - Sistema de Eventos
AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA
ALMOX - Sistema de Almoxarifado
CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil
Dúvidas e Orientações Pós Implementação do SouGov-Frequência no MAPA
PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais
PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência
SA - Strategic Adviser
SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios
SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64
SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída
SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados
SGCAM - Sistema de Gestão de Camarás Setoriais e Temáticas
SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas
SGI - Sistema de Gestão Integrada
SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento
SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro
SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais
SIGCERDA - Sistema Gestor da Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária
SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional
SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos
SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae
SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal
SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários
SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde
SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho
SisGP- Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)
SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais
Sistema PGD PETRVS - Mapa
SouGov - Frequência
SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

NORMATIVOS ([Lista de Sistemas Categoria Normativos](#))

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

SisAtoS - Sistema de AtoS Normativos

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

SISMAN - Sistema de Monitoramento de AtoS Normativos

WikiSDA - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

ORÇAMENTO ([Lista de Sistemas Categoria Orçamento](#))

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias

EDUCAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

([Lista de Sistemas Categoria Educação / Desenvolvimento de Pessoas](#))

AVA ENAGRO VIRTUAL

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços

LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

([Lista de Sistemas Categoria Tecnologia da Informação](#))

ATENDE SISTEMAS - Suporte aos Sistemas do MAPA

ATENDETI - Sistema gerenciador de chamados

SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso

TROCA SENHA - Serviço de troca de senhas de acesso à rede do MAPA

4. Demonstrações Contábeis

4.1 Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
22/04/2026

PAGINA
1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO CIRCULANTE	2.991,11	2.664,14	PASSIVO CIRCULANTE	3.390,30	3.493,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.031,90	1.669,59	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.040,84	969,18
Créditos a Curto Prazo	900,07	936,30	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	5,24	8,66	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	172,78	130,87
Clientes	5,24	8,66	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,05	0,03
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.162,73	1.289,49
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Provisões a Curto Prazo	138,69	93,14
Demais Créditos e Valores	894,83	927,64	Demais Obrigações a Curto Prazo	875,21	1.010,36
Demais Créditos e Valores	914,90	940,24			
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-20,07	-12,60			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques a Curto Prazo	59,15	58,25			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	-	0,01			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.140,27	9.773,17	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.525,40	2.516,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.144,56	4.636,24	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	3.144,56	4.636,24	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	204,72	201,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Clientes	204,72	201,35	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.484,73	3.988,13	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.031,74	8.535,13	Provisões a Longo Prazo	2.209,33	2.200,34
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-4.547,01	-4.547,01	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,20	0,14
Demais Créditos e Valores	455,11	446,76	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.915,71	6.009,42
Demais Créditos e Valores	467,60	459,16			
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-12,49	-12,40	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Estoques a Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	3.180,43	3.180,43
Participações Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	182,50	134,01
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,05	0,05
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas	295,04	280,33
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	557,66	2.833,08
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	-2.284,42	-7.257,62
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	2.833,08	10.273,05
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	9,00	-182,35
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.215,67	6.427,90
Imobilizado	3.910,26	5.050,52			
Bens Móveis	1.722,52	1.587,99			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCICIO 2026	PERIODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 22/04/2026	PAGINA 2
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Bens Móveis	2.955,05	2.812,71			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.209,10	-1.201,30			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-23,42	-23,42			
Bens Imóveis	2.187,74	3.462,54			
Bens Imóveis	2.656,60	3.925,10			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-468,86	-462,56			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	85,44	86,41			
Softwares	84,95	85,92			
Softwares	162,51	160,45			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-77,56	-74,54			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	0,49	0,49			
Direitos de Uso de Imóveis	0,49	0,49			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	10.131,38	12.437,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.131,38	12.437,31

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	2.042,84	1.679,83	PASSIVO FINANCEIRO	8.997,42	6.536,81
ATIVO PERMANENTE	8.088,53	10.757,48	PASSIVO PERMANENTE	3.404,42	3.360,42
SALDO PATRIMONIAL	2.270,46		SALDO PATRIMONIAL		2.540,08

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.172,73	1.224,75	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.283,86	10.572,18
Atos Potenciais Ativos	1.172,73	1.224,75	Atos Potenciais Passivos	9.283,86	10.572,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2026	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMIÇÃO 22/04/2026	PÁGINA 3

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	165,70	209,54	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	81,54	89,31	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	5.254,73	5.635,60
Direitos Contratuais	925,50	925,90	Obrigações Contratuais	4.029,12	4.936,58
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.172,73	1.224,75	TOTAL	9.283,86	10.572,18

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-6.583,81
Recursos Vinculados	-370,74
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-52,98
Previdência Social (RPPS)	-0,74
Dívida Pública	-137,51
Fundos, Órgãos e Programas	-179,54
Recursos Extraorçamentários	0,01
Recursos Não Classificados	0,02
TOTAL	-6.954,54

4.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
22/04/2026

PAGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.931,89	6.031,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,35	2,94
Impostos	-	-
Taxas	2,35	2,94
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	0,70	0,72
Contribuições Sociais	0,59	0,66
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,11	0,05
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9,94	35,84
Venda de Mercadorias	0,65	2,31
Vendas de Produtos	-	0,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9,29	33,51
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	190,78	216,51
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	111,38	96,86
Juros e Encargos de Mora	0,03	1,88
Variações Monetárias e Cambiais	5,22	4,92
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	74,15	112,84
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	7.492,25	5.601,71
Transferências Intragovernamentais	7.455,74	5.571,57
Transferências Intergovernamentais	-	-0,05
Transferências das Instituições Privadas	-	-0,22
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	36,51	30,42
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	79,88	74,67
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	0,39
Ganhos com Incorporação de Ativos	53,32	57,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos	26,56	16,61
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	156,00	98,74
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,12	0,10
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
22/04/2026

PÁGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	31,86	8,42
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	124,02	90,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.216,31	11.649,14
Pessoal e Encargos	1.540,85	1.332,19
Remuneração a Pessoal	1.126,97	981,45
Encargos Patronais	382,31	319,46
Benefícios a Pessoal	31,55	31,23
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,02	0,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	589,93	553,22
Aposentadorias e Reformas	351,92	326,06
Pensões	228,30	218,91
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9,71	8,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	281,04	243,02
Uso de Material de Consumo	25,86	12,69
Serviços	220,39	197,80
Depreciação, Amortização e Exaustão	34,80	32,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8,35	11,93
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,35	0,08
Variações Monetárias e Cambiais	1,04	1,39
Descontos Financeiros Concedidos	2,21	3,50
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4,75	6,96
Transferências e Delegações Concedidas	6.348,80	5.151,43
Transferências Intragovernamentais	5.961,61	4.993,34
Transferências Intergovernamentais	253,16	89,97
Transferências a Instituições Privadas	-	0,03
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	134,03	68,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.389,96	4.348,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.330,56	4.298,53
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1,27	1,65
Incorporação de Passivos	17,22	11,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
22/04/2026

PÁGINA
3

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
Desincorporação de Ativos	40,91	36,57
Tributárias	0,64	0,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,56	0,58
Contribuições	0,08	0,06
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	0,15	1,04
Custo das Mercadorias Vendidas	0,14	1,04
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	56,60	7,02
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	1,65
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	55,25	3,97
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1,35	1,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.284,42	-5.618,02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2026	2025

4.3 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2026	PERÍODO 1º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 22/04/2026	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	901,19	901,19	202,76	-698,43	
Receita Tributária	8,77	8,77	1,64	-7,12	
Impostos	-	-	-	-	
Taxas	8,77	8,77	1,64	-7,12	
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	
Receita de Contribuições	0,30	0,30	0,49	0,19	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,30	0,30	0,49	0,19	
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	349,50	349,50	56,93	-292,57	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3,61	3,61	0,51	-3,10	
Valores Mobiliários	345,90	345,90	56,42	-289,48	
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	
Cessão de Direitos	-	-	-	-	
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	9,28	9,28	0,66	-8,62	
Receita Industrial	0,02	0,02	-	-0,02	
Receita de Serviços	412,60	412,60	121,39	-291,21	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	67,73	67,73	10,01	-57,72	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Financeiras	344,87	344,87	111,38	-233,50	
Outros Serviços	-	-	-	-	
Transferências Correntes	0,16	0,16	-	-0,17	
Outras Receitas Correntes	120,56	120,56	21,64	-98,91	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	97,36	97,36	16,19	-81,17	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11,16	11,16	2,01	-9,15	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	12,04	12,04	3,44	-8,60	
RECEITAS DE CAPITAL	6.679,94	6.679,94	1.555,89	-5.124,04	
Operações de Crédito	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Alienação de Bens	6,58	6,58	0,14	-6,44	
Alienação de Bens Móveis	6,58	6,58	0,14	-6,44	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	
Amortizações de Empréstimos	6.673,36	6.673,36	1.555,75	-5.117,61	
Transferências de Capital	-	-	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSION
22/04/2026

PÁGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS	7.581,13	7.581,13	1.758,65	-5.822,48
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.581,13	7.581,13	1.758,65	-5.822,48
DÉFICIT			3.699,10	3.699,10
TOTAL	7.581,13	7.581,13	5.457,75	-2.123,38
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
Superávit Financeiro		-45,02		45,02
Excesso de Arrecadação		42,77		
Créditos Cancelados		-87,78		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	11.247,37	11.153,44	5.396,94	2.201,91	1.399,75	5.756,50
Pessoal e Encargos Sociais	8.254,87	8.254,87	4.916,00	2.005,63	1.255,48	3.338,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.992,50	2.898,57	480,94	196,28	144,27	2.417,63
DESPESAS DE CAPITAL	8.308,64	8.357,55	60,81	0,20	0,19	8.296,75
Investimentos	939,92	988,84	60,81	0,20	0,19	928,03
Inversões Financeiras	7.368,71	7.368,71	-	-	-	7.368,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	19.556,01	19.510,99	5.457,75	2.202,11	1.399,94	14.053,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	19.556,01	19.510,99	5.457,75	2.202,11	1.399,94	14.053,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
22/04/2026

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	19.556,01	19.510,99	5.457,75	2.202,11	1.399,94	14.053,24

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	222,36	293,97	134,32	122,67	0,38	393,27
Pessoal e Encargos Sociais	2,62	9,64	2,79	2,78	-	9,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	219,74	284,33	131,53	119,90	0,38	383,79
DESPESAS DE CAPITAL	1.113,39	2.287,09	549,35	501,12	1,69	2.897,67
Investimentos	967,24	1.973,88	497,00	448,77	1,69	2.490,66
Inversões Financeiras	146,15	313,21	52,35	52,35	-	407,01
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.335,75	2.581,06	683,67	623,79	2,07	3.290,94

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	28,09	1.192,62	857,68	3,56	359,47
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	743,58	713,95	3,50	30,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23,74	449,04	143,73	0,06	328,99
DESPESAS DE CAPITAL	367,46	1.005,50	134,61	11,18	1.227,17
Investimentos	367,46	1.005,50	134,61	11,18	1.227,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	395,56	2.198,12	992,29	14,74	1.586,65

4.4 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
22/04/2026

PÁGINA
1

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Receitas Orçamentárias	1.758,65	1.680,75	Despesas Orçamentárias	5.457,75	4.864,43
Recursos Não Vinculados	0,21	0,05	Recursos Não Vinculados	4.847,84	4.259,90
Recursos Vinculados	1.764,16	1.877,03	Recursos Vinculados	609,91	604,53
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	584,91	576,60
Fundos, Órgãos e Programas	1.764,16	1.877,03	Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-5,72	-196,32	Fundos, Órgãos e Programas	25,00	27,93
Transferências Financeiras Recebidas	7.454,28	5.568,90	Transferências Financeiras Concedidas	5.911,70	4.956,88
Resultantes da Execução Orçamentária	4.872,02	4.281,33	Resultantes da Execução Orçamentária	2.922,68	2.585,56
Cota Recebida	1.949,88	1.695,34	Repasse Concedido	996,79	864,86
Repasse Recebido	996,25	865,30	Sub-repasse Concedido	1.925,88	1.720,70
Sub-repasse Recebido	1.925,88	1.720,70	Cota Devolvida	0,01	-
Sub-repasse Devolvido	0,01	-	Sub-repasse Devolvido	0,01	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.582,26	1.287,57	Independentes da Execução Orçamentária	2.989,01	2.371,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.255,78	733,59	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.151,33	434,48
Demais Transferências Recebidas	24,64	30,31	Demais Transferências Concedidas	24,37	27,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	301,84	523,68	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.813,31	1.909,45
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.140,40	3.630,99	Pagamentos Extraorçamentários	1.621,58	2.303,59
Inscrição de Restos a Pagar Processados	802,17	652,90	Pagamento de Restos a Pagar Processados	992,29	851,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.255,64	2.924,64	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	623,79	1.447,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12,22	11,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5,20	4,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	70,36	41,50	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,29	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,34	0,28	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	0,19	-
Restituições a Pagar	-	0,08	Valores Compensados	0,07	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	0,02	Demais Pagamentos	0,03	-
Arrecadação de Outra Unidade	70,02	40,20			
Demais Recebimentos	-	0,92			
Saldo do Exercício Anterior	1.669,59	5.637,79	Saldo para o Exercício Seguinte	2.031,90	4.393,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.669,59	5.637,79	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.031,90	4.393,54
TOTAL	15.022,92	16.518,44	TOTAL	15.022,92	16.518,44

4.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2026	PERÍODO MAR (FECHADO)
EMISSION 26/05/2026	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	3.149,19	31,25	-	-	261,25	10.268,38	0,01	-	13.710,08
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	0,28	-203,56	-	-	-203,28
Aumento/Redução de Capital	31,25	110,93	-	-	-	30,84	-	-	173,01
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-25,60	25,75	-	-	0,15
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	0,03	-	0,03
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7.257,62	-	-	-7.257,62
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	44,40	0,12	-	-	44,52
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-8,16	-	-	-	-30,84	-	-	-39,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	3.180,43	134,01	-	-	280,33	2.833,08	0,05	-	6.427,90

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2026	3.180,43	134,01	-	-	280,33	2.833,08	0,05	-	6.427,90
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	6,35	-	-	-0,01	9,00	-	-	15,34
Aumento/Redução de Capital	-	42,14	-	-	-	-	-	-	42,14
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-1.281,87	-	-	-	-1.281,87
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-2.284,42	-	-	-2.284,42
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	1.296,59	-	-	-	1.296,59
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2026	3.180,43	182,50	-	-	295,04	557,66	0,05	-	4.215,67

4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO
22/04/2026

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-882,46	-1.348,90
INGRESSOS OPERACIONAIS	7.739,29	5.889,06
Receita Tributária	1,64	2,06
Receita de Contribuições	0,49	0,59
Receita Patrimonial	56,93	0,87
Receita Agropecuária	0,66	2,27
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	121,39	128,35
Remuneração das Disponibilidades	-	102,99
Outras Receitas Derivadas e Originárias	21,64	30,13
Transferências Recebidas	-	-0,28
Intergovernamentais Recebidas	-	-0,05
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-0,05
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-0,22
Outros Ingressos Operacionais	7.536,53	5.622,07
Ingressos Extraorçamentários	12,22	11,95
Restituições a Pagar	-	0,08
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	0,02
Transferências Financeiras Recebidas	7.454,28	5.568,90
Arrecadação de Outra Unidade	70,02	40,20
Demais Recebimentos	-	0,92
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-8.621,74	-7.237,96
Pessoal e Demais Despesas	-2.093,35	-1.844,95
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-0,22	-0,06
Defesa Nacional	-0,00	-0,02
Segurança Pública	-0,03	-0,48
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-0,10	-0,13
Previdência Social	-558,08	-510,85
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-0,00	-
Direitos da Cidadania	-	-0,20
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
22/04/2026

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	2026	2025
Agricultura	-1.528,53	-1.324,95
Organização Agrária	-2,94	-3,53
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-3,78	-5,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,34	0,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-611,21	-431,68
Intergovernamentais Concedidas	-311,28	-188,55
A Estados e/ou Distrito Federal	-148,84	-13,81
A Municípios	-162,44	-174,74
Intragovernamentais Concedidas	-242,20	-202,60
Outras Transferências Concedidas	-57,72	-40,52
Outros Desembolsos Operacionais	-5.917,18	-4.961,34
Despêndios Extraorçamentários	-5,20	-4,46
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-0,19	-
Transferências Financeiras Concedidas	-5.911,70	-4.956,88
Valores Compensados	-0,07	-
Demais Pagamentos	-0,03	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.244,76	104,66
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	1.555,89	1.413,76
Alienação de Bens	0,14	0,54
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.555,75	1.413,22
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-311,13	-1.309,11
Aquisição de Ativo Não Circulante	-253,38	-48,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-52,35	-1.247,02
Outros Desembolsos de Investimentos	-5,40	-14,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
1º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
22/04/2026

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	2026	2025
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	362,31	-1.244,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.669,59	5.637,79
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.031,90	4.393,54

5. Notas Explicativas

5.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Agricultura e Pecuária.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa; (iv) Transferências concedidas; (v) Empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) Adiantamentos; (vii) Valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4 Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no FUNCAFÉ, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6 Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

5.2.9 Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10 Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores a fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.12 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

5.2.13 Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) Riscos trabalhistas; (II) Riscos fiscais; (III) Riscos cíveis; (IV) Repartição de créditos tributários; (V) Provisões matemáticas; e (VI) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas - Embrapa;
- b) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo – Embrapa;
- c) Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas – Mapa;
- d) Provisões para Indenizações Tributárias – Embrapa;

- e) Provisões para Indenizações Previdenciárias – Embrapa;
- f) Outras Provisões de Longo Prazo – Embrapa;

5.2.14 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos, redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3. Principais mudanças de Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas políticas, critérios ou práticas contábeis adotadas no exercício de 2026 em relação ao exercício anterior. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos mesmos procedimentos contábeis, mantendo-se a comparabilidade das informações apresentadas.

5.4 Mudanças na Estrutura Administrativas

O Decreto nº 12.642, de 01/10/2025, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

5.5 Partes Relacionadas

5.5.1. Definição:

5.5.1.1 Parte relacionada

Segundo o MCASP 11ª edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada aquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas: a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

5.5.1.2. Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

5.5.1.3. Influência significativa

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 11º edição.

5.5.1.4. Pessoal-Chave da Administração

Inclui todos os diretores ou membros do corpo administrativo que, no nível do Governo como um todo, pode consistir dos representantes eleitos ou nomeados (por exemplo, presidente, governador ou prefeito, ministros ou secretários, deputados ou vereadores, conselheiros ou nomeados em cargos de confiança), os quais possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, bem como são os responsáveis pelo gerenciamento de recursos e alcance, de maneira geral, dos objetivos da entidade. Quando a entidade está sujeita à supervisão de representante eleito ou nomeado pelo corpo administrativo do Governo, esse representante deve ser incluído no pessoal-chave da administração, se a função de supervisão incluir a autoridade e a responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

Sobre os assessores-chave desses representantes, o julgamento é exigido na avaliação a fim de considerar se o indivíduo é assessor chave e se satisfaz à definição de pessoal chave da administração ou parte relacionada. Atribuições legais definidas, acesso a informações privilegiadas, relação de trabalho especial com aquele que possui o controle da entidade, podem ser alguns dos critérios verificados ao avaliar se o assessor-chave também pode exercer controle ou influência significativa sobre a entidade.

Em algumas jurisdições, empregados públicos do Governo não tem suficiente autoridade e responsabilidade para se qualificarem como pessoal-chave da administração do Governo como um todo (conforme definido nesta Norma). Nessas situações, o pessoal-chave da administração deve consistir apenas dos membros nomeados para o corpo administrativo que detenham a maior responsabilidade pelo Governo, por exemplo, Ministros de Estado. A alta administração de entidade econômica pode compreender indivíduos tanto da controladora quanto de outras entidades que, coletivamente, formam a entidade econômica.

5.5.1.5. Membros próximos da família do Pessoal-Chave da Administração

São os parentes próximos ou imediatos da família do indivíduo considerados capazes de influenciá-lo nas transações com a entidade. Embora haja necessidade do julgamento subjetivo para determinar se o indivíduo é considerado membro próximo da família, presume-se que os parentes próximos discriminados abaixo, tenham ou estejam sujeitos a tal influência de forma a satisfazer à definição da norma: a. Cônjuge, companheiro (a), filho (a) dependente ou parente vivendo na mesma residência; b. Avô (ó), pai (mãe), filho (a) não dependente, neto (a), irmão ou irmã; e c. Cônjuge ou companheiro (a) de filho (a), sogro (a), cunhado (a).

5.5.2. MAPA – Pessoal-Chave da Administração

A alta administração do órgão do MAPA participa dos seguintes colegiados:

RELATÓRIO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS COM PARTICIPAÇÃO DA ALTA GESTÃO DO MAPA - PARTES RELACIONADAS

TOTAL: 66 COLEGIADOS

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
CONSELHO	CONSELHO DELIBERATIVO DO SENAR	DECRETO Nº 566, DE 10 DE JUNHO DE 1992; LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991	CNA	17	1	TITULAR	-
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO FISCAL DA EMBRAPA	LEI Nº 5.851, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1972	EMBRAPA	3	2	TITULAR	FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
						SUPLENTE	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
	CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP	DECRETO Nº 3.017, DE 6 DE ABRIL DE 1999	OCB	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	ERIKA CRISTINA FERRAZ DOS SANTOS
	CONSELHO CONSULTIVO DA ANVISA	DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999	MS	13	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ANATER - CDA	DECRETO Nº 8.252 DE 26 DE MAIO DE 2014	MDA	11	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	RAFAEL HENRIQUE SEVERO
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA	DECRETO Nº 11.435, DE 10 DE MARÇO DE 2023	MDIC	25	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	DIONISIA SOARES CAMPOS
	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL - CDESS	DECRETO Nº 11.454, DE 23 DE MARÇO DE 2023	PR	166	0	PONTO FOCAL	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DE GOVERNO	LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998	PR	39	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CONSELHO DELIBERATIVO DA APEX-BRASIL	DECRETO Nº 4.584, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2003	MDIC	12	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	AUGUSTO LUÍS BILLI
	CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ - CDPC	PORTARIA MAPA Nº 811, DE 30 DE JUNHO DE 2025	MAPA	14	2	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
	CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA CONDEL/SUDAM	LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007	MIDR	28	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/SUDECO	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	MIDR	20	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CONSIPAM	DECRETO Nº 9.829, DE 10 DE JUNHO DE 2019	MD	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	DANILO CARVALHO DO NASCIMENTO
	CONSELHO ESTRATÉGICO DA CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	PR	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO FEDERAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA BACIA DO RIO DOCE E LITORAL NORTE CAPIXABA	PORTARIA SG/PR Nº 195, DE 16 DE MAIO DE 2025	PR	36	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA - CONAPE	DECRETO Nº 5.069, DE 5 DE MAIO DE 2004	MPA	61	1	TITULAR	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
						SUPLENTE	WINNIE MUNIZ BRUM
	CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	PR	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT	DECRETO Nº 11.474, DE 6 DE ABRIL DE 2023	MCTI	36	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CNDI	DECRETO Nº 11.482, DE 6 DE ABRIL DE 2023; DECRETO Nº 12.401, DE 13 DE MARÇO DE 2025	PR	41	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES E NUTRIÇÃO DE PLANTAS - CONFERT	DECRETO Nº 11.518, DE 4 DE MAIO DE 2023; DECRETO Nº 10.991, DE 11 DE MARÇO DE 2022	MDIC	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES

	CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - CONMETRO	DECRETO Nº 9.043, DE 3 DE MAIO DE 2017; LEI Nº 5.966, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	MDIC	16	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE	DECRETO Nº 3.520, DE 21 DE JUNHO DE 2000; LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997	MME	18	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL - CNPM	DECRETO Nº 11.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022	MME	18	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA	DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007	PR	77	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
CONSELHO	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN	DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007 LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	PR MTR	77 12	1 1	SUPLENTE TITULAR SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO MARCELO NARVAES FIADEIRO
COMITÊ	COMITÊ ASSESSOR EXTERNO (CAE) DA EMBRAPA TERRITORIAL	DELIBERAÇÃO Nº 31, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024 (42900462)	EMBRAPA	10	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
	COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - CDPNB	DECRETO Nº 12.852, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026	PR	11	1	TITULAR SUPLENTE	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO CARLOS GOULART
	COMITÊ DE FINANCIAMENTO E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES - COFIGCAMEX	DECRETO Nº 4.993, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004	MF	6	1	TITULAR SUPLENTE	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA AUGUSTO LUÍS BILLI
	COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRO	LEI Nº 10.332/2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.157/2002	MCTI	8	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ GESTOR DO PDA-MATOPIBA - CGPDA-MATOPIBA	DECRETO Nº 11.767, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	PR	17	1	TITULAR SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO WILSON VAZ DE ARAÚJO
	COMITÊ GESTOR DO PLANO BRASIL SEM FOME NO ÂMBITO DA CAISAN	RESOLUÇÃO MDS Nº 3, DE 31 DE AGOSTO DE 2023	MDS	8	1	TITULAR 1º SUPLENTE 2º SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO SILVIO FARNESE ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARCELLOS
	COMITÊ GESTOR DO SEM BARREIRAS	DECRETO Nº 10.098, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019	ME	4	2	TITULAR TITULAR SUPLENTE SUPLENTE	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA CARLOS GOULART AUGUSTO LUÍS BILLI ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
	COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL - CGSR	DECRETO Nº 5.121 DE 29 DE JUNHO DE 2004; LEI Nº 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	MAPA	7	1	TITULAR SUPLENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR DIEGO MELO DE ALMEIDA
	COMITÊ INTERFEDERATIVO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA SUASA	PORTARIA SDA/MAPA Nº 194, DE 17 DE JULHO DE 2024	MAPA	20	8	TITULAR TITULAR	CARLOS GOULART JUDI MARIA DA NÓBREGA
	COMITÊ INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	DECRETO Nº 11.310, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022; DECRETO Nº 12.419, DE 25 DE MARÇO DE 2025	CC	9	1	TITULAR SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA A PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ARÁBIA SAUDITA	DECRETO Nº 10.184, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019	CC	10	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA - CIM	DECRETO Nº 11.550, DE 5 DE JUNHO DE 2023	CC	23	1	TITULAR SUPLENTE	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO MARCELO NARVAES FIADEIRO
	COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA - CIGOV	PORTARIA MAPA Nº 630, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023; PORTARIAS MAPA N.º. 516 E 517/2022	MAPA	7	7	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES

	COMITÊ NACIONAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO - CONFAC (CAMEX)	DECRETO Nº 11.717, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023	ME	8	1	TITULAR	CARLOS GOULART
	COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS - CONINV	DECRETO 9.885, DE 27 DE JUNHO DE 2019	ME	13	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	AUGUSTO LUÍS BILLI
	COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO	DECRETO Nº 12.173, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024	MMA	30	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	COMITÊ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA - CNPCE	DECRETO Nº 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023	MDIC	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	FABIANA MALDONADO
	COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA - COFA	DECRETO Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 ALTERA O DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008	MMA	25	1	TITULAR	-
						SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
	COMITÊ PERMANENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CONDRAF	RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE JULHO DE 2024	MDA	42	1	TITULAR	AUGUSTO LUÍS BILLI
						SUPLENTE	PAULO MÁRCIO MENDONÇA ARAÚJO
	COMITÊ TÉCNICO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO)	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	MIDR	20	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						SUPLENTE	-
	COMITÊ TÉCNICO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM (CONDEL/SUDAM)	DECRETO Nº 8.275 DE 27 DE JUNHO DE 2014	MIDR	28	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						SUPLENTE	JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA
	COMITÊ-ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE LEVANTAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE SOLOS DO BRASIL - PRONASOLOS	DECRETO Nº 10.269, DE 6 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA MAPA Nº 744, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024	MAPA	8	1	TITULAR	PEDRO ALVES CORRÊA NETO

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
COMITÊ	COMITÊ-ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE LEVANTAMENTO E	DECRETO Nº 10.269, DE 6 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA MAPA Nº 744,	MAPA	8	1	SUPLENTE	BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO-BRASIL
	COMITÊ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024	MIDR	27	1	TITULAR	IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	GSI	17	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX-CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	ME	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
CÂMARA						SUPLENTE	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
	CÂMARA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO MÁQUINA A MÁQUINA E INTERNET DAS COISAS - CÂMARA-IOT	DECRETO DE 9.854/2019	PR	5	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO
	CÂMARA DE INOVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO	DECRETO Nº 10.534, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	MCTI	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	SIBELLE DE ANDRADE SILVA
	CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	PR	13	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN	DECRETO Nº 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023	MDS	20	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						1º SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
COMISSÃO						2º SUPLENTE	CARLOS GOULART
	COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS - CGFLOP	DECRETO Nº 11.957, DE 21 DE MARÇO DE 2024	MMA	26	1	TITULAR	PAOLA FRASSINETTI NUNES MACHADO DE OLIVEIRA
						SUPLENTE	DANILO CARVALHO DO NASCIMENTO
	COMISSÃO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL, NO ÂMBITO DO PROCESSO TC 018.417/2025-6	PORTARIA SEGECEX Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025	TCU	16	6	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	CARLOS GOULART
						TITULAR	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA

	COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO - CER-PROAGRO	DECRETO Nº 10.124, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019	MAPA	5	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
	COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PLANO SETORIAL PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA - CENABC	DECRETO Nº 10.431, DE 20 DE JULHO DE 2020; RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2025	MAPA	16	5	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
	COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM	DECRETO Nº 9.858, DE 25 DE JUNHO DE 2019	MB	17	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	ALEX AUGUSTO GONÇALVES
	COMISSÃO INTERMINISTERIAL PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	MMA	19	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMISSÃO NACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO- CONGEO	PORTARIA GM/MPO Nº 32, DE 14 DE MARÇO DE 2025	MPO	28	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						1º SUPLENTE	CARLOS ALBERTO ANDRADE E JURGIELEWICZ
						2º SUPLENTE	VALÉRIA BURMEISTER MARTINS
GRUPO	GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GTI-OCDE	DECRETO Nº 11.671, DE 30 DE AGOSTO DE 2023	PR	16	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						1º SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
						2º SUPLENTE	ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
SUBCOMITÊ	SUBCOMITÊ DE RETOMADA ECONÔMICA NO ÂMBITO DO COMITÊ DO RIO DOCE-CRD	RESOLUÇÃO CRD Nº 2, DE 9 DE MAIO DE 2025	PR	8	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	SUBCOMITÊ-EXECUTIVO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - SUBEX/CIM	DECRETO Nº 12.040, DE 5 DE JUNHO DE 2024 DECRETO Nº 11.550, DE 5 DE JUNHO DE 2023	CC	11	1	TITULAR	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
	SUBCOMITÊ-EXECUTIVO DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - CDPNB	DECRETO Nº 12.852, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026	PR	13	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	GRACIANE GONÇALVES MAGALHÃES DE CASTRO
SUBCOMISSÃO	SUBCOMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - PPCDAM	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	CC	13	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO

5.1.3. EMBRAPA

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$0,003 milhão e R\$ 0,046 milhão com média salarial de R\$ 0,025 milhão. No levantamento, foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio /quinqüênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística. A média é calculada com base na remuneração total dos empregados na apuração dos encargos previdenciários.

Quantitativo de empregados

A quantidade de empregados contratados até 31 de março de 2026 é de 7.861.

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal individual de membros da Diretoria-Executiva é fixo em R\$ 0,037 milhão. Os dirigentes possuem adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário, além do auxílio-moradia e Remuneração Variável (RVA). O custo total do período em 31 de março de 2026 totaliza R\$ 0,192 milhão. No mesmo período em 2025, o custo foi de R\$ 0,190 milhão. Quanto ao pagamento de RVA, não foram realizados pagamentos em relação a essa rubrica no mês de março de 2026 e tampouco em março de 2025.

Quanto à remuneração dos conselheiros de administração e fiscais, a Embrapa cumpre o art. 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, ou seja, a remuneração não excederá a 10% da média salarial dos diretores, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Empresa.

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (Consad), do Conselho Fiscal (Confis) e do Comitê de Auditoria (Coaud) foi de R\$ 0,004 cada, cujo custo total do período, findo em 31 de março de 2026, R\$ 0,0057 milhão. Em 31 de março de 2025, o valor do honorário de conselheiros era de R\$ 0,0052 milhões. Entre os membros dos conselhos, há conselheiros que atuam na Administração Federal e não há diferença remuneratória entre os membros que não pertencem à Administração Federal. Destaca-se que o Coaud é composto somente por membros independentes.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa coloca à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela demonstram-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Tabela 01. Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes (em R\$ milhões):

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	20,23	14,72	34,95
Embrapa-FlexCeres	14,35	17,03	31,37
Total	34,58	31,75	66,33

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de março de 2026 com 10.131 participantes e assistidos, sendo 5.551 no plano Embrapa Básico e 4.580 no plano Embrapa-FlexCeres.

Tabela 02: Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 31 de março de 2026. (Em R\$ mil)

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.005	3.546	5.551
Embrapa-FlexCeres	4.387	193	4.580
Total	6.392	3.739	10.131

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Plano de Saúde – Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CASEMBRAPA) foi constituída em outubro de 2007, como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e, firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

A gestão da Casembrapa é composta pelos órgãos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Consultivos. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior responsável pelo estabelecimento dos objetivos, políticas assistenciais, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração da Casembrapa. A Diretoria Executiva tem como responsabilidade a administração geral da Operadora, cabendo-lhe o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulamentares. O Conselho Fiscal, responsável pelo controle interno, zela pela gestão econômico-financeira da Operadora. Por fim, os Comitês Consultivos têm caráter de consulta e informação nas Unidades Descentralizadas da Embrapa.

Em relação aos beneficiários do plano, o quantitativo compreendia, em 31 de março de 2026, 20.818 mil vidas, sendo associados da Embrapa e Casembrapa, cujo detalhamento no que se refere a Embrapa, será apresentado nos próximos itens.

Para atender esses beneficiários, a Casembrapa possui credenciamento direto com aproximadamente 1.910 prestadores, contemplando: clínicas, hospitais, laboratórios, médicos, centros de tratamento para dependência química, cooperativas, home care e associações. Além disso, para atendimento nas localidades externas ao Distrito Federal, a Casembrapa possui contratos de cessão de rede com as operadoras CASSI, UNIMED CAMPINAS e SEGUROS UNIMED/CARING.

Composição da Carteira de Beneficiários

Avaliação da composição da carteira de beneficiários, considerando a evolução do percentual de idosos, a idade média dos beneficiários, a distribuição de beneficiários por faixa etária, a razão de dependência e o índice de envelhecimento.

Conforme art. 8º do Estatuto Social da Casembrapa, a carteira de beneficiários é composta por:

I – Associados Titulares: empregado ativo e ex-empregado da Embrapa, aposentado e demitido sem justa causa;

II – Dependentes dos Associados Titulares:

- Cônjuge ou companheira/o;
- Filho (natural ou adotivo), ou enteado solteiro, menor de 21 anos, sem renda própria, ou se inválido, enquanto durar a invalidez;
- Menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial, solteiro e sem renda própria, observado o disposto nos itens b e c.

Em 31 de março de 2026, a Casembrapa possuía 20.818 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (Dez/2025), houve um aumento no número de beneficiários de aproximadamente 1,44%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

a) Ativos: composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes; e

b) Assistidos: composto por ex-empregados – aposentados ou demitidos sem justa causa – viúvos/as e respectivos dependentes.

Considerando o quantitativo de 20.818 beneficiários, o grupo de “Assistidos” representa 22,44% do total de beneficiários. Além disso, o total de “Ativos Titulares”, no total de 6.320 representa 83,47% do total de empregados em efetivo exercício na Embrapa, no total de 7.572 “dado Embrapa”. Os Gráficos 1 e 2 abaixo apresentam o quantitativo de titulares e dependentes em cada grupo. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de titulares e dependentes em cada grupo.

Distribuição de Beneficiários Ativos		Distribuição de Beneficiários Assistidos	
Assistido Titular	Assistido Dependente	Assistido Titular	Assistido Dependente
6.320	9.576	2.799	1.873

Considerando a distribuição dos beneficiários por faixa etária (Gráfico 3), observa-se que 39,96% têm idade igual ou superior a 59 anos em 31 de março de 2026.

A tabela a seguir demonstra o cálculo da razão de dependência dos beneficiários do plano de saúde:

Tabela: Razão de dependência dos beneficiários

Razão de Dependência	
Nº Beneficiários de 0 a 14 anos de Idade (A)	2.702
Nº Beneficiários de 60 ou mais anos de Idade (B)	7.657
Nº Beneficiários de 15 a 59 anos de Idade (C)	10.459
Razão de Dependência ((A+B)/C*100)	100,54%

Fonte: Sistema de Gestão (HRP)/Casembrapa

O indicador possibilita a interpretação da participação relativa do contingente populacional potencialmente dependente econômico, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para o plano.

Tabela: Casembrapa – Despesas líquida (janeiro a março 2026)

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	3,20	0,07	0,06	3,33
De 19 a 23 anos	1,33	0,14	0,01	1,48
De 24 a 28 anos	0,02	-	0,01	0,03
De 29 a 33 anos	0,09	0,04	0,01	0,14
De 34 a 38 anos	0,49	0,01	0,04	0,54
De 39 a 43 anos	2,20	0,15	0,05	2,40
De 44 a 48 anos	2,81	0,04	0,05	2,90
De 49 a 53 anos	3,75	0,24	-	3,99
De 54 a 58 anos	3,10	0,34	-	3,44
59 anos ou mais	15,09	20,65	-	35,74
TOTAL	32,08	21,69	0,24	54,01

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

A contribuição dos inativos é composta por: 6,97% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) + a parte patronal paga pelos Inativos: R\$ 351,22 (per capita) + coparticipação quando houver utilização.

Tabela: Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a março 2026) - valores em R\$ milhões

RECEITA 01/2026 A 03/2026 - EMBRAPA					
Faixa Etária	MENSALIDADE		PATRONAL		TOTAL
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	
De 0 a 18 anos	-	-	0,14	6,01	6,15
De 19 a 23 anos	-	-	0,11	1,79	1,90
De 24 a 28 anos	0,09	-	-	0,11	0,20
De 29 a 33 anos	0,16	-	-	0,21	0,37
De 34 a 38 anos	0,36	-	-	0,53	0,89
De 39 a 43 anos	2,24	-	0,02	1,91	4,17
De 44 a 48 anos	4,41	0,01	0,08	2,95	7,45
De 49 a 53 anos	4,61	0,02	0,09	2,89	7,61
De 54 a 58 anos	4,31	0,10	0,27	2,91	7,59
59 anos ou mais	9,89	7,28	7,15	6,36	30,68
TOTAL	26,08	7,41	7,88	25,67	67,04

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

RECEITA 01/2026 a 03/2026 - CASEMBRAPA					
Faixa Etária	MENSALIDADE		PATRONAL		TOTAL
	Ativo	Inativo	Ativo	Inativo	
De 0 a 18 anos	-	-	-	0,14	0,14
De 19 a 23 anos	-	-	-	0,01	0,01
De 24 a 28 anos	-	-	-	0,01	0,01
De 29 a 33 anos	0,01	-	-	0,03	0,04
De 34 a 38 anos	0,02	-	-	0,05	0,07
De 39 a 43 anos	0,03	-	-	0,08	0,11
De 44 a 48 anos	0,01	-	-	0,05	0,06
De 49 a 53 anos	-	-	-	0,01	0,01
De 54 a 58 anos	-	-	-	0,01	0,01
59 anos ou mais	-	-	-	-	-
TOTAL	0,09	-	-	0,41	0,50

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1 Balanço Patrimonial

A – Balanço Patrimonial-ATIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	2.991,11	2.664,14	12,27%	100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.031,90	1.669,59	21,70%	67,93%
Créditos a Curto Prazo	900,07	936,30	-3,87%	30,09%
Estoques	59,15	58,25	1,54%	1,98%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web.

O ativo circulante ocupa um percentual de 29,52% de todo o ativo. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior nota-se que o Ativo Circulante teve um aumento na ordem de 12,27%. Esse aumento teve relevante contribuição da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentando um acréscimo de 21,70% em relação ao exercício de 2025.

Importante salientar que a referida conta corresponde a 67,93% de todo o Ativo Circulante. Seu detalhamento, com os valores que compõem o saldo de R\$ 2,031 bilhões, segue assim discriminado:

Caixa e Equivalentes de Caixa:

R\$ Milhões

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2026		31/12/2025	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	707,91	34,84%	673,74	40,35%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	745,09	36,67%	405,24	24,27%
LIMITE DE SAQUE C/VINC. PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	487,11	23,97%	494,01	29,59%
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	28,24	1,39%	39,24	2,35%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,60	0,23%	4,85	0,29%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,28	0,01%	0,22	0,01%
GARANTIAS	58,67	2,89%	52,29	3,13%
Totais	2.031,90	100,00%	1.669,59	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Do total da conta Caixa e Equivalente de Caixa, 34,84% estão na conta CTU – Recursos da Conta Única Aplicados e referem-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União, todavia, a maior participação, 36,67%, corresponde ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS que trata do montante de recursos financeiros disponíveis para atender a despesas com vinculação de pagamentos de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 2,031 bilhões

- ➔ Moeda Nacional em 31/03/2026 **R\$ 1,968 bilhão**
- ➔ Moeda Estrangeira em 31/03/2026 **R\$ 4,60 milhões**
- ➔ Valores Rest. e Vinc. em 31/03/2026 **R\$ 58,37 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 1,968 bilhão:

- ➔ Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 707,91 milhões**
- ➔ Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 0,28 milhões**
- ➔ Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 28,34 milhões**
- ➔ Limite de Saque Órgãos e Entidades OFSS **R\$ 1,232 bilhão**

Por Órgão	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	911,52	907,55	0,44%	44,86%
MINIST. DA AGRICULTURA E PECUARIA	734,12	500,73	46,61%	36,13%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	386,26	261,31	47,82%	19,01%
Total:	2.031,90	1.669,59	21,70%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o percentual do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) que detém 44,86% do total da conta, ainda que, quando comparado ao exercício de 2025, tenha apresentado quase nenhuma variação (0,44%), enquanto que os demais órgãos tiveram uma variação positiva superior a 46%.

Importa lembrar que a partir de setembro de 2024 passou-se a efetuar os registros na conta de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que dizem respeito aos Depósitos de Garantias relativas a Encargos Trabalhistas, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023.

➔ Créditos a Curto Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
Créditos a Curto Prazo	900,07	936,30	-3,87%	100,00%
<u>CREDITOS A CURTO PRAZO</u>	5,24	8,66	-39,48%	0,58%
CLIENTES	5,24	8,66	-39,48%	0,58%
<u>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</u>	894,93	927,64	-3,54%	99,42%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	125,18	173,39	-27,80%	13,91%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	10,79	10,02	7,70%	1,20%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	6,08	5,95	2,11%	0,68%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	772,85	750,88	2,93%	85,86%
AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	-20,07	-12,60	-3,54%	-2,23%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 30,09% referem-se a Créditos a Curto Prazo, apresentando saldo de R\$ 900,07 milhões, redução de 3,87% em relação a 2025.

No que diz respeito ao Ajuste para Perdas Demais Créditos/Valores a Curto Prazo, os valores foram calculados por meio de uma metodologia instituída com base na média estimativa baseada no levantamento de valores que representam a expectativa dos ingressos de créditos a receber provenientes dos registros de multas resultantes dos autos de infração aplicados pelo MAPA.

Apesar de o percentual ter reduzido em relação exercício para o anterior, 39,48%, a conta Clientes torna-se pouco significativa na composição do saldo dos créditos a curto prazo. Por outro lado, a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo compreende a maior relevância em termos absolutos. Esse valor se origina, em sua maior parte, de créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, mas sobretudo de Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

→ Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

→ Adiantamentos Concedidos:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	125,18	173,39	-27,80%	100,00%
13 SALÁRIO – ADIANTAMENTO	59,42	68,00	-12,63%	47,47%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	49,67	90,24	-44,96%	39,68%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,13	0,00	100,00%	0,10%
SALÁRIOS E ORDENADOS	4,26	4,11	3,55%	3,40%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	0,60	0,00	100,00%	0,48%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO – SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,39	0,08	382,27%	0,31%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

→ Outros Créditos a Receber:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	772,85	750,88	2,93%	100,00%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	26,98	15,91	69,56%	3,49%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	745,87	734,96	1,48%	96,51%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

R\$ Milhões

Órgão	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	46,80	44,75	4,59%	6,05%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	10,03	9,72	3,14%	1,30%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	716,02	696,40	2,82%	92,65%
Total	772,85	750,88	2,93%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O saldo de Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo – Intra OFSS encontra nos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) sua maior parcela, que sozinhos respondem por 99,81% do total do grupo.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento por parte do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) de recomendações feitas em processo de Auditoria promovido pela Controladoria Geral da União (Processo 21000.126050/2022-18 – Recomendação de Auditoria nº 1277033). Foi a partir do atendimento a essa cobrança que os autos de infração passaram a figurar no SIAFI em valores que são inseridos mensalmente por meio dos registros efetuados no último dia do mês, através dos saldos levantados do sistema SICAR, proporcionando maior controle dos ativos a receber oriundos de infrações e multas aplicadas aos transgressores no âmbito da agricultura e pecuária.

→ Estoque:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ESTOQUES	59,15	58,25	1,54%	100,00%
MERCADORIAS PARA REVENDA	2,92	2,93	-0,32%	4,94%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	4,16	3,89	6,86%	7,04%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORAÇÃO	0,34	0,34	0,00%	0,57%
ALMOXARIFADO	46,44	44,02	5,49%	78,51%
OUTROS ESTOQUES	5,28	7,06	-25,15%	8,93%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A conta Estoque apresentou um leve acréscimo em relação ao exercício anterior, com incremento de 1,54% do seu total. A conta Almojarifado, assim como em 2025, continua com a maior representatividade na composição do saldo de Estoques, abarcando 78,51% do total da conta.

Órgão	31/03/2026	31/12/2025	% AH	R\$ Milhões
				% AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	16,93	16,11	5,08%	28,62%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	42,22	42,14	0,19%	71,38%
Total	59,15	58,25	1,54%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em análise dos Estoques sob a perspectiva da composição do saldo entre os órgãos, a EMBRAPA concentra a maior participação da conta, que representa o percentual de 71,38% de todo o grupo.

Balanço Patrimonial- ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	R\$ Milhões
				AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.140,27	9.773,17	-26,94%	100,00%
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.144,56	4.636,24	-32,17%	44,04%
Investimentos	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Imobilizado	3.910,26	5.050,52	-22,58%	54,76%
Intangível	85,44	86,41	-1,12%	1,20%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O Ativo Não Circulante representa 70,48% do total do Ativo e houve uma baixa em seu saldo, na casa de 26,94%, em relação a 2025. Assim como ao final do exercício anterior, a conta de imobilizado permaneceu como a mais representativa, com 54,76%, em que tenha sofrido uma redução de 22,58%.

Outro fator preponderante para redução do Ativo Não Circulante foi a variação negativa de 32,17% no Ativo Realizável a Longo Prazo, impactada pela diminuição de saldo da conta Empréstimos Concedidos a Receber do Funcafé em virtude de o recebimento de parcelas de empréstimos concedidos ter sido de R\$ 1,55 bilhão e o pagamento de novos empréstimos apenas de R\$ 52,3 milhões.

Cumpramos ressaltar que o Ativo Realizável a Longo Prazo já teve uma relevante diminuição no último exercício, diretamente ocasionada após a realização, no primeiro trimestre de 2025, do registro de ajuste de perdas estimadas referentes aos empréstimos concedidos a receber do FUNCAFÉ, em conta redutora do ativo, no valor de **R\$ 4.547.005.953,05** (quatro bilhões quinhentos e quarenta e sete milhões cinco mil novecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos) cujo valor foi calculado com base no histórico contábil dos últimos três exercícios conforme metodologia estabelecida na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS..

➔ Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	R\$ Milhões
				AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.144,56	4.636,24	-32,17%	100,00%
CREDITOS A LONGO PRAZO	2.689,45	4.189,48	-35,80%	85,53%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	455,11	446,76	1,87%	14,47%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

➔ Créditos a Longo Prazo – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.689,45	4.189,48	-35,80%	100,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2.483,68	6.710,68	-37,72%	92,35%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - MUNICÍPIO	1,05	0,00	100,00%	0,04%
FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER - ESTOQUE PRÓPRIO	201,35	201,35	0,00%	7,49%
FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER - PRESTAÇÃO SERVIÇOS	3,37	0,00	100,00%	0,13%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

➔ Empréstimos e Financiamentos Concedidos

R\$ Milhões

Órgão	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	7.030,69	8.535,13	-17,63%	100,00%
Total	7.030,69	8.535,13	-17,63%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos, apresentados pelo seu valor bruto, demonstram uma redução na ordem de 17,63% em relação ao ano de 2025, com o Funcafé concentrando a totalidade da concessão dos empréstimos. Uma vez que o Funcafé assumiu com exclusividade a carteira de créditos e financiamentos a longo prazo do MAPA, é importante destacar que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira são destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o custeio das lavouras, comercialização e aquisição de café, capital de giro para indústrias e cooperativas, e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas.

O público-alvo são cafeicultores e suas cooperativas, indústrias de café torrado, moído e de solúvel, torrefadores e exportadores. Os recursos chegam a esse público por meio de instituições financeiras que firmam contrato com o MAPA. As condições para a concessão dos financiamentos (taxas, itens negociáveis, parcelas, prazo de carência, liberação do crédito, beneficiários, etc.) são estabelecidas em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e consolidadas nos capítulos 9 e 7, Seção 5 do Manual de Crédito Rural.

Importa ressaltar o fato de que as diversas linhas de crédito em plena execução podem ser encontradas no painel disponibilizado com dados e informações recentes contendo os valores contratados, liberados e disponíveis, com percentuais que possibilitam a qualquer interessado acompanhar o nível de recursos aplicados, a quantidade de beneficiários atendidos, os valores aplicados por linhas de crédito ou por unidade da federação. As informações do painel do Funcafé podem ser encontradas através do seguinte link de acesso: Indicadores-MAPA. <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/single/?appid=f5a31dab-d774-49ed-8ba4-f7847466a9b4&sheet=f879abba-7a90-46f5-9f62-74c5d2e78577&bookmark=70c11fd5-d1f9-4ee0-8ed6-bb4fc1ae30c8&lang=pt-BR&theme=card&opt=cursel%2Cctxmenu&select=clearall>

Através de sua página na internet MAPA-Funcafé especificamente no que diz respeito às suas políticas agrícolas vigentes, o Funcafé disponibiliza também para acesso de quaisquer usuários, a execução orçamentária, suas receitas, liberações de recursos, os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e convênios firmados. Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/funcafe>

➔ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

R\$ Milhões

Órgão	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	348,96	344,88	1,18%	76,68%
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	104,70	100,42	4,26%	23,00%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1,45	1,45	0,00%	0,32%
Total	455,11	446,76	1,87%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	13,51	13,51	0,00%	100,00%
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	3,42	3,42	0,00%	25,32%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A RECEBER	0,01	0,01	0,00%	0,06%
DUPLICATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	8,61	8,61	0,00%	63,74%
CRÉDITOS PARCELADOS	1,47	1,47	0,00%	10,87%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A conta **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** sofreu um aumento de 1,87% comparado ao último trimestre de 2025, consequentemente, no que diz respeito ao volume de recursos desse item, a **EMBRAPA** permanece como responsável pelos valores mais significativos, detendo 76,68% de sua totalidade.

➔ O Imobilizado é objeto de análise à parte conforme a ;

➔ O Intangível é objeto de análise à parte conforme a ;

➔ Balanço Patrimonial - PASSIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	3.390,30	3.493,07	-2,94%	100,00%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.040,84	969,18	7,39%	30,70%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.162,73	1.289,49	-9,83%	34,30%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	172,78	130,87	32,02%	5,10%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,05	0,03	67,39%	0,00%
Provisões a Curto Prazo	138,69	93,14	48,91%	4,09%
Demais Obrigações a Curto Prazo	875,21	1.010,36	-13,38%	25,82%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Dos **R\$ 5,915 bilhões** existentes no Passivo Exigível, 57,31% se concentram no passivo circulante, que apresentou uma redução de 2,94% em relação ao último trimestre do exercício anterior.

As contas de Transferências Fiscais de Curto Prazo, que representam compromissos referentes a convênios e instrumentos congêneres, no âmbito do MAPA e da EMBRAPA, são as mais representativas do passivo circulante, representando 34,30% do total, em que pese tenha exibido uma queda de 9,83% em comparação com o ano anterior.

Muito embora já tenha sido descrito no ativo circulante, merece ênfase o fato dos registros contábeis que antes constavam na conta de controle 89.711.21.00 – Controle de Provisão de Encargos Trabalhistas, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023, passarem a constar também no passivo, na conta 21.881.04.06 – Depósitos Retidos de Fornecedores.

➔ Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a .

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.525,40	2.516,34	0,36%	100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0,00%	12,51%
Provisões a Longo Prazo	2.209,33	2.200,34	0,41%	87,48%
Demais Obrigações de Longo Prazo	0,20	0,14	44,59%	0,01%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O Passivo Não Circulante, que representa 42,69% do Passivo Exigível, apresentou um cenário de estabilidade em relação ao final do exercício de 2025, com uma pequena oscilação positiva de 0,36%. Importa destacar que dos R\$ 2,209 bilhões das Provisões a Longo Prazo, R\$ 1,180 bilhão é referente a possíveis perdas tanto na esfera judicial como na via administrativa, registradas pela Secretaria de Política Agrícola através do processo STN 17944.002670/2024-99 e do processo 21000.036781/2024-26, a ser julgado por meio de ação ordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

- ➔ Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo são objeto de análise à parte conforme a
- ➔ As Provisões a Longo Prazo são objeto de análise à parte conforme a

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.180,43	3.180,43	0,00%	75,44%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	182,50	134,01	36,18%	4,33%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,05	0,05	0,00%	0,00%
Demais Reservas	295,04	280,33	5,25%	7,00%
Resultados Acumulados	557,66	2.833,08	-80,32%	13,23%
Total do Patrimônio Líquido	4.215,67	6.427,90	-34,42%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Na análise, verifica-se que ocorreu queda no valor do Patrimônio Líquido com uma variação negativa de 34,42%, impulsionada pela redução de 80,32% no subgrupo Resultados Acumulados, onde cumpre ressaltar que o resultado até o 1º trimestre de 2026 aponta um déficit da ordem de R\$ 2,284 bilhões.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

No 1º trimestre de 2026, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 488,64 milhões**, relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar de curto e longo prazo, com acréscimo de 9,37% em relação a dezembro de 2025.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ Milhões

COMPOSIÇÃO	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Circulante (Curto Prazo)	172,78	130,87	32,02%	35,35%
Nacionais	172,78	130,87	32,02%	35,35%
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Não Circulante (Longo Prazo)	315,86	315,86	0,00	64,64%
Nacionais	315,86	315,86	0,00	64,64%
Total	488,64	446,74	9,37%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo, verifica-se um acréscimo de 35,35% em relação a dezembro 2025.

Para os Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/03/2026 o saldo relevante é Fornecedores Nacionais de Longo Prazo, do órgão contratante FUNCAFÉ.

Na Tabela 02 está discriminado o percentual por órgão, sendo um aumento de 28,30% pelo Mapa e 7,05% pela Embrapa, justificando o acréscimo no Curto Prazo especificado na Tabela 01 de 35,35%. O aumento está representado em novas obrigações descritas na Tabela 03.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão.

R\$ Milhões

Órgão	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	138,31	112,01	23,48%	28,30%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	315,86	315,86	0,00%	64,64%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	34,47	18,85	82,86%	7,05%
Total	488,65	446,74	9,37%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 31/03/2026, estão discriminados os fornecedores mais significativos do Mapa com seus respectivos saldos.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

R\$ Milhões

FORNECEDORES	31/03/2026	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	315,86	64,64%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	90,29	18,48%
IVG BRASIL LTDA	15,32	3,13%
PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S/A	10,39	2,12%
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA	9,42	1,93%
REVEMAR COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	3,91	0,80%
XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	3,54	0,72%
BIOCONTROLE – METODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA	2,85	0,58%
DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	2,79	0,57%
AGROJAX LTDA	2,27	0,46%
Demais Fornecedores	32,01	6,55%
Total	488,75	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor Banco do Brasil, no valor de R\$ 315,86 milhões, representa 64,64% de todas as obrigações e refere-se à obrigação de Longo Prazo do órgão contratante Funcafé.

Esse valor de R\$ 315,86 milhões (sem correção monetária) foi registrado no exercício de 2013 e trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196- 3, de 24 de agosto de 2001.

O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região no processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, e que, em 30 de junho de 2023, foi proferida sentença julgando procedente o pedido para condenar a União ao pagamento da dívida confessada no Instrumento de Reconhecimento de Dívida (R\$ 361.788.835,35 - trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos - atualizados até 19 de junho de 2015), com a devida atualização e juros de mora até a data do efetivo pagamento e que no dia 15 de setembro de 2023, os autos foram remetidos ao Tribunal, pois a União apresentou recurso (apelação) em face da sentença. O Banco do Brasil apresentou contrarrazões à apelação da União. Os autos estão conclusos para decisão judicial desde o dia 18 de setembro de 2023. Conforme andamento processual, os autos permanecem aguardando julgamento pelo Tribunal em grau de recurso, desde junho de 2025.

Com relação à obrigação com a Caixa Econômica Federal, o valor de R\$ 54,90 milhões (sem correção monetária) está registrado na Secretaria de Desenvolvimento Rural.

A gestão do contrato de repasse é da Secretaria Executiva, sendo operacionalizada pela Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria-Executiva, competência delegada em 23/08/2023, por meio da Portaria Mapa nº 609.

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 31/03/2026, no órgão Mapa, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 4,029 bilhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2026, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição

R\$ Milhões				
	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Serviços	2.356,56	2.478,61	-4,92%	58,49%
Empréstimos e Financiamentos	1.497,20	1.497,23	0,00%	37,16%
Fornecimento de Bens	126,58	910,28	-86,10%	3,14%
Seguros	39,43	40,98	-3,79%	0,98%
Aluguéis	1,61	1,74	-7,98%	0,04%
Demais	7,75	7,75	0,00%	0,19%
Total	4.029	4.936	-18,38%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações contratuais do Mapa diminuiram 18,38%, no 1º trimestre com relação a dezembro de 2025. Do total dos contratos em execução registrados, 58,49% refere-se à contratação de serviços e 37,16% trata-se de Empréstimos e Financiamentos.

Vale salientar que, em análise às contas de controle de contratos, constatou-se alguns contratos com saldos alongados, pois os valores não estão sendo baixados nos pagamentos aos fornecedores. Constatou-se, ainda que, alguns contratos de fornecimento de bens estão sendo registrados na conta de contratos de serviços. Assim sendo, foi encaminhado o processo SEI nº 21000.021990/2023-94 para a Coordenação de Contratos que está em tratativas junto às áreas demandantes, a fim de localizar as áreas gestoras dos contratos para que todas as baixas e ajustes sejam realizados. O percentual dos saldos alongados dos contratos de serviços é 8,18%

e fornecimentos de bens representa 3,02% da composição conforme tabela 01, dos serviços e fornecimento de bens.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

R\$ Milhões

Órgão	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	2.024,22	3.124,07	54,33%	50,24%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	1.501,29	1.501,30	0,00%	37,26%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	503,61	311,19	61,83%	12,50%

Fonte: Tesouro Gerencial.

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/03/2026. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 50,24% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referente a serviços. E o **FUNCAFÉ**, com 37,26 % do valor total, sendo a maioria referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

Tabela 03 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

R\$ Milhões

ÓRGÃO	Contratado	31/03/2026	AV (%)
MAPA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	512,56	12,72%
MAPA	BANCO BTG PACTUAL S/A	232,55	5,77%
MAPA	BANCO INTER S/A	157,27	3,90%
FUNCAFÉ	BANCO MUFG BRASIL S/A	151,46	3,76%
FUNCAFÉ	BANCO DO BRASIL S/A	115,93	2,88%
FUNCAFÉ	PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL	115,89	2,87%
MAPA	COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO	111,08	2,75%
FUNCAFÉ	BANCO VOTORANTIM S/A	110,62	2,75%
MAPA	BANCO CITIBANK S/A	90,83	2,25%
FUNCAFÉ	BANCO COOPERATIVA SICOOB S/A	72,32	1,79%
DEMAIS OBRIGAÇÕES - POR CONTRATADA		2.358,60	58,54%
Total		4.029,12	100,00%

A tabela 03 apresenta os contratados que detêm os valores mais expressivos de obrigações contratuais na data-base de 31/03/2026. O contrato com maior relevância é o firmado com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 512,56 milhões, o que representa 12,72% do total das obrigações contratuais do MAPA.

Na sequência, destacam-se os contratos com as seguintes empresas: Banco BTG Pactual S/A, Banco Inter S.A, Banco MUFG Brasil S/A, Banco do Brasil S/A, Pluxee Benefícios Brasil, Cooperativa Central de Crédito do ES e Banco Votorantim S/A, Banco Citibank S/A, Banco Cooperativo SICOOB S/A, que, em conjunto, somam a maior parte de todas as obrigações contratuais do MAPA.

Nota nº 003- Provisões

Em 31 de março de 2026, o **MAPA** apresentou um saldo total de **R\$ 2,348** bilhões relacionados com a provisão de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 1º trimestre 2026.

Tabela 01-Provisões-Composição.

R\$ Milhões

Composição	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
------------	------------	------------	--------

Provisões a curto prazo	138,69	93,14	48,91%
Provisões a longo prazo	2.209,33	2.200,33	0,41%
Total	2.348,02	2.293,48	2,38%

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02-Provisões de Longo Prazo por Órgão.

R\$ Milhões				
Órgãos	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Ministério da Agricultura e Pecuária	1.180,00	1.180,00	-	53,41%
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	1.029,33	1.020,34	0,88%	46,59%
Total	2.209,33	2.200,34	0,41%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

No MAPA, em 31/12/2025, foi atualizado o valor de Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas, com reconhecimento adicional de R\$ 0,18 bilhão, resultando em um saldo total de R\$ 1,18 bilhão. Trata-se do registro realizado pela Advocacia-Geral da União (AGU) referente à variação positiva da provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro – Ação Ordinária (ID 302) - demandas TRF005 – registrada na Secretaria de Política Agrícola em 27/06/2024.

Na Embrapa, na Análise Horizontal, o aumento de 0,88% é resultado da constituição de Provisão para Indenização Trabalhista; Provisão para Indenização Cível; Provisão para Indenização Tributária; Provisão para Indenização Previdenciária e Outras Provisões a Longo Prazo, totalizando R\$1,029 bilhão.

Tabela 03 - Provisões a Longo Prazo – Composição.

R\$ Milhões				
Provisões	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Riscos Trabalhistas	370,86	370,11	0,20%	16,79%
Riscos Cíveis	3,68	3,53	4,25%	0,17%
Riscos Tributários	-	-	-	-
Riscos Previdenciário	-	-	-	-
Outras	1.834,79	1.826,70	0,44%	83,05%
Total	2.209,33	2.200,34	0,41%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Os Riscos Trabalhistas tiveram um acréscimo de 0,20%, decorrentes da atualização dos valores das provisões constituídas para o pagamento de indenizações trabalhistas. Observa-se, ainda, acréscimo de 4,25% nos Riscos Cíveis, associado à atualização das estimativas de perdas em processos judiciais dessa natureza, bem como acréscimo de 0,44% nas Outras Provisões, na Análise Horizontal.

As provisões relativas à Embrapa apresentaram um percentual de 46,59% em relação ao total do MAPA. As informações a seguir foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa referentes ao 1º trimestre de 2026.

Provisões de Longo Prazo da Embrapa

Os registros de Provisão a Longo Prazo na Embrapa apresentaram, em 31/03/2026, o saldo de R\$1,029 bilhão, mais a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a Tabela Benefícios Pós Emprego:

R\$ Milhões

Natureza Trabalhista Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Trabalhista Saldo março 2026
370,11	24,31	-2,58	-20,98	370,86
Natureza Cível Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Cível Saldo março 2026
3,53	0,15	0,00	0,00	3,68
Natureza Previdenciária Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Previdenciária Saldo março 2026
19,54	0,21	0,00	0,00	19,75
Natureza Tributária Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Tributária Saldo março 2026
279,27	3,13	0,00	0,00	282,40
Total dezembro: R\$ 672,45			Total março: R\$ 676,69	

(1) Adições são processos reclassificados de possíveis p/ prováveis.

(2) As baixas são referentes aos processos reclassificados de prováveis para possíveis e processos encerrados no trimestre.

(3) Estas reversões são provenientes de reclassificações ocorridas no trimestre.

(4) Estas adições são rendimentos de processos judiciais e reclassificações de possíveis p/ prováveis.

Fonte: NE-17/2026EMBRAPA

Descrição Sucinta dos Principais Objetos:

- **Processos de Natureza Trabalhista** - Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade / Horas in itinere / Horas extras/Redução de Jornada / Incorporação de gratificação /Jornalistas / Pagamento de Premiação/Teto salarial.
- **Processos de Natureza Cível** - Anulação de ato administrativo.
- **Processos de Natureza Previdenciária** - Encargos previdenciários.
- **Processos de Natureza Tributária** - Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR- INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF.
-

Provisões a Longo Prazo – Composição (31/03/2026) – Benefícios Pós Emprego:

Na UG 135037 foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

R\$ Milhões

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Benefícios Pós Emprego Casembrapa	329,98	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa.
Ceres	22,66	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial e referem-se à Casembrapa e Ceres
Total	352,64	

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Risco possível da Embrapa

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral e outros, somam o montante total de R\$ 568,43. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações. Apesar de constarem processos de risco provável de mesmo

nome e natureza, aqueles elencados como prováveis são os que já possuem alguma decisão desfavorável à Embrapa, sendo assim, sua classificação de risco foi alterada e sua provisão realizada.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de março de 2026, a União, por meio do MAPA, apresentou um saldo de **R\$ 3,910 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou uma redução de 22,58% em relação ao 4º trimestre/2025.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para o primeiro trimestre de 2026 e para o exercício de 2025.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	31/03/2026	31/12/2025	R\$ Milhões AH (%)
Bens Móveis	1.722,53	1.587,99	8,47%
(+) Valor Bruto Contábil	2.955,05	2.812,71	5,06%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.209,10)	(1.201,30)	0,65%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23,42)	(23,42)	0,00%
Bens Imóveis	2.187,74	3.462,54	-36,82%
(+) Valor Bruto Contábil	2.656,59	3.925,10	-32,32%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(468,85)	(462,56)	1,36%
Total	3.910,27	5.050,52	-22,58%

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2026 totalizavam R\$ 1,722 bilhão, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	31/03/2026	31/12/2025	R\$ Milhões AH (%)
Bens Móveis - Composição			
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.666,81	1.037,53	60,65%
Bens Móveis em Almoxarifado	120,25	684,43	-82,43%
Bens de Informática	433,06	431,35	0,40%
Veículos	440,81	366,46	-20,29%
Móveis e Utensílios	213,29	214,01	-0,34%
Demais Bens Móveis	39,08	37,09	-5,37%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	28,84	29,12	-0,96%
Bens Móveis em Andamento	8,61	8,40	2,50%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,29	4,30	-0,23%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.209,10)	(1.201,30)	0,65%
Redução ao Valor Recuperável	(23,42)	(23,42)	0,00%
Total	1.722,52	1.587,99	8,47%

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme tabela acima, a conta bens móveis em almoxarifado, apresentou um declínio de 82,43% em relação ao resultado do trimestre anterior. Isto refere-se à movimentação da conta contábil Estoque Interno. Essa redução decorre de mudanças no procedimento de liquidação no sistema de contratos, que impactaram significativamente o saldo da conta. Devido à nova rotina, os bens são classificados inicialmente na conta de Estoque Interno para que, posteriormente, cada bem seja classificado para as contas patrimoniais devidas.

No fechamento do 1º trimestre de 2026, foi registrado no grupo Bens Móveis o valor de R\$ 19,07 milhões na conta de bens não localizados, representando uma queda de 1,75% em relação ao último trimestre de 2025.

Foi instaurado Processo SEI nº 21000.023545/2025-21 com o objetivo de promover a regularização contábil e patrimonial dos bens não localizados vinculados à extinta estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atualmente sob responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária. O processo encontra-se em andamento, visando ao saneamento dos registros no SIADS e em contas contábeis no SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/03/2026, totalizavam R\$ 2,187 bilhões, líquidos de depreciação/amortização.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

R\$ Milhões

Órgão UGE	MAPA		EMBRAPA		TOTAIS		AH%
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25	
Contas							
Bens de Uso Especial	1.569,50	2.864,86	565,44	543,88	2.134,94	3.408,74	-37,37%
Bens Imóveis em Andamento	18,82	18,44	126,69	127,08	145,51	145,52	-0,01%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1,37	1,37	241,59	240,73	242,96	242,10	0,36%
Instalações	13,26	13,26	119,85	115,40	133,11	128,66	3,46%
Demais bens imóveis	-	-	0,07	0,07	0,07	0,07	0,00%
Depr./Amort. Acum Bens Imov.	(9,75)	(9,41)	(459,10)	(453,15)	(468,86)	(462,56)	1,36%
Total	1.593,19	2.888,52	594,55	574,02	2.187,74	3.462,54	-36,82%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se, no quadro acima, que houve uma baixa percentual na casa de 36,82 do saldo total em relação a dezembro de 2025, fruto da variação a menor dos bens de uso especial, aliados ao aumento da depreciação/amortização dos bens.

Os BENS DE USO ESPECIAL representam 97,59% do total de bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 2,134 bilhões a valores brutos. De acordo com a tabela ocorreu um decréscimo de 37,371% em relação ao 4º trimestre de 2025.

Dessa forma, salta aos olhos a relevante variação negativa registrada na conta COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS, com uma expressiva baixa de 81,04% em relação ao último trimestre de 2025. Essa oscilação ocorreu por conta do registro de um ajuste do valor de um terreno, ocasionando uma reavaliação negativa. Tal ajuste fez-se necessário e sendo solicitado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, pois a fração ideal total das utilizações vinculadas ao RIP Imóvel estava superior a 1,0 e o valor do terreno estava cadastrado com o valor equivocado.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, são constituídos conforme tabela a seguir:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Complexos, Fábricas e Usinas	303,41	1.600,03	-81,04%
Edifícios	855,73	854,49	0,14%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	660,42	669,37	-1,34%
Terrenos, Glebas	203,24	180,28	12,73%
Imóveis Residenciais e Comerciais	76,90	70,23	9,50%
Fazendas, Parques e Reservas	34,67	33,80	2,56%
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0,00%
Totais	2.134,94	3.408,74	-37,37%

Fonte: Tesouro Gerencial

Cessão de Uso, Comodato de Bens e Mercadoria de Bens em poder de Terceiros

R\$ Milhões

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS			COMODATO DE BENS - CONCEDIDOS			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		
ÓRGÃO	Mar/26	Dez/25	ÓRGÃO	Mar/26	Dez/25	ÓRGÃO	Mar/26	Dez/25
MAPA	1,34	1,34	MAPA	0,00	0,00	MAPA	13,03	13,03
EMBRAPA	0,00	0,00	EMBRAPA	12,65	12,67	EMBRAPA	0,02	0,03
Total	1,34	1,34	Total	12,65	12,67	Total	13,05	13,06

Fonte: Tesouro Gerencial

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal à Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), e foi emitida a Nota Técnica 01/26, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2026.

O Mapa como órgão subordinado não vem realizando a redução ao valor recuperável por falta de pessoal especializado na área de patrimônio.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento

que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Em 31/03/2026, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 85,44 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, relativo ao final do exercício de 2025 e ao 1º trimestre de 2026.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

R\$ Milhões			
Intangível – Composição	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	138,71	138,68	0,02%
Software com Vida Útil Indefinida	22,34	20,32	9,94%
Softwares não localizados	1,46	1,46	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,49	0,49	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(77,56)	(74,54)	4,05%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Total	85,44	86,41	-1,12%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Softwares com vida útil indefinida tiveram um aumento de 9,94% em relação ao quarto trimestre de 2025, em razão dos serviços prestados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 1º trimestre de 2026

R\$ Milhões			
Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS
MAPA	124110201 = SOFTWARES	-	0,00
EMBRAPA	124110101 - SOFTWARES	-	-
	124110102 - SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	0,19
	124110201 - SOFTWARES	0,15	-
	124810100 – Amortização Acumulada – Contas 1241101XX	-	3,04

Fonte: Tesouro Gerencial março/2026

A conta Softwares em Fase de Desenvolvimento de Vida Útil Indefinida, apresentou um saldo de R\$ 2,82 milhões no 1º trimestre de 2026, permanecendo inalterado em relação ao último trimestre de 2025.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro

desse ativo nas suas operações), o que for maior. Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (**impairment**) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No 1º trimestre de 2026 não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

6.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

R\$ Milhões

Variações	31/03/2026	31/03/2025	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.931,89	6.031,12	31,52%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.216,31	11.649,14	-12,30%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.284,42	-5.618,02	-59,34%

Fonte: DVP – Siafi WEB 2026

O resultado patrimonial do 1º trimestre de 2026 foi deficitário em R\$ 2,284 bilhões, representando uma redução de 59,34% em relação ao déficit registrado no mesmo período de 2025, que totalizou R\$ 5,618 bilhões. A variação decorre, principalmente, do aumento nas variações aumentativas em 31,52% e da redução das variações patrimoniais diminutivas de 12,30%.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Mapa e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical.

R\$ Milhões

Grupo de contas contábeis	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.931,89	6.031,12	31,52%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,35	2,94	-20,07%	0,03%
Taxas	2,35	2,94	-20,07%	0,03%
Contribuições	0,70	0,72	-2,78%	0,01%
Contribuições Sociais	0,59	0,66	-10,61%	0,01%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,11	0,05	120,00%	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9,94	35,84	-72,27%	0,13%
Venda de Mercadorias	0,65	2,31	-71,86%	0,01%
Vendas de Produtos	-	0,01	0,00%	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9,29	33,51	-72,28%	0,12%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	190,78	216,51	-11,88%	2,41%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	111,38	96,86	14,99%	1,40%
Juros e Encargos de Mora	0,03	1,88	-98,40%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	5,22	4,92	6,10%	0,07%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	74,15	112,84	-34,29%	0,93%

Transferências e Delegações Recebidas	7.492,25	5.601,71	33,75%	94,46%
Transferências Intragovernamentais	7.455,74	5.571,57	33,82%	94,00%
Transferências Intergovernamentais	-	-0,05	0,00%	0,00%
Transferências das Instituições Privadas	-	-0,22	0,00%	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	36,51	30,42	20,02%	0,46%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	79,88	74,67	6,98%	1,01%
Ganhos com Alienação	-	0,39	0,00%	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	53,32	57,67	-7,54%	0,67%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	26,56	16,61	59,90%	0,33%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	156,00	98,74	57,99%	1,97%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,12	0,10	20,00%	0,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	31,86	8,42	278,38%	0,40%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	124,02	90,22	37,46%	1,56%

Fonte: Siafi Web – 2026

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No primeiro trimestre de 2026, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou R\$ 2,35 milhões, referente a taxa pelo exercício do poder de polícia, decorrente de receita de taxa cobrada por classificação obrigatória para produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, quando destinados diretamente à alimentação humana, e nas operações de compra e venda do poder público e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando destinados para importação.

Contribuições

O grupo “Contribuições” perfez um total de R\$ 700 mil no primeiro trimestre de 2026. Neste grupo, as contribuições tiveram um decréscimo de 2,78% em relação ao exercício anterior, arrecadação ocorrida pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI. As contribuições foram distribuídas em dois grupos: contribuições sociais, que somaram R\$ 586 mil e contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), com arrecadação de R\$ 111 mil.

As contribuições sociais referem-se às receitas decorrentes do adicional às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários dos empregados das empresas; de contribuições incidentes sobre a folha de salários pagos por pessoa natural, jurídica ou cooperativa que exerçam as atividades rurais enumeradas na Lei nº 2.613, de 23/09/1955. E as Contribuições da Intervenção do Domínio Econômico são relativos às contribuições mensais devida pelas entidades turfísticas à comissão coordenadora da criação do cavalo nacional.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo, que apresenta saldo de R\$ 9,94 milhões, teve redução de 72,28% em comparação ao exercício financeiro anterior.

A redução ocorreu pela empresa Embrapa, que se destacou na arrecadação de 27,71 milhões no ano passado, principalmente na rubrica proveniente da exploração de bens, direitos e serviço. Esse valor inclui receitas oriundas da taxa de inscrição de concurso público, serviço registro de transferência de tecnologia, apropriação de valor a receber decorrente de royalties (cultivares), aluguéis, entre outras.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

No primeiro trimestre de 2026, o saldo deste grupo foi de R\$ 190,78 milhões, representando uma redução 11,88% em comparação ao mesmo período do exercício financeiro de 2025.

Essa diminuição ocorreu, principalmente, na rubrica de remuneração de aplicações financeiras, redução de 34,29%, com destaque para o órgão do Funcafé. As receitas desse grupo são provenientes dos pagamentos de parcelas de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos.

Por outro lado, com representação de 41,61% deste grupo, o Funcafé aumentou as variações monetárias por meio da arrecadação de recursos aplicados no objeto do contrato de recursos empregados, receita proveniente de pagamento de parcelas de empréstimos e financiamentos.

Transferências e Delegações recebidas

O total de transferência recebida no trimestre foi de R\$ 7,49 bilhões, representando 94,46% das Variações Patrimoniais Recebidas. Esse valor representa um aumento de 33,75% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O crescimento ocorreu, principalmente, em razão do aumento das transferências intragovernamentais, o que também contribuiu para alta das receitas e, consequentemente, para a diminuição do déficit.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo apresentou aumento de 6,98% em relação ao exercício anterior e apresentou saldo de R\$ 79,88 milhões, as contas com maior representatividade são:

- a. Ganhos com Incorporação de Ativos no valor de R\$ 53,32 milhões, sendo o Mapa responsável por 88,67% desse montante. Esse valor está relacionado, principalmente, à transferência financeira para execução de Termo de Execução Descentralizada (TED), vinculados a diversos programas – com destaque para a subvenção econômica destinada à garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários. No entanto, essa Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) foi registrada simultaneamente como uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), resultando em impacto nulo na apuração do resultado do trimestre, uma vez que se refere à solicitação de recursos financeiros à setorial financeira por meio de programação financeira;
- b. E Ganhos com Desincorporação de Passivos, concentraram-se no órgão da Embrapa, que representou 57,71% do total da conta, principalmente em decorrência do cancelamento de obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste trimestre, o grupo apresentou saldo de R\$ 156,00 milhões, representando um crescimento de 57,99% em relação ao exercício anterior. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento dos registros de multas administrativas relativo ao registro de autos de infração no órgão Mapa e de restituições de contrapartida de convênios firmados com o Mapa.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o Mapa, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Abaixo segue as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

R\$ Milhões				
Grupo de contas contábeis	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.216,31	11.649,14	-12,30%	100,00%
Pessoal e Encargos	1.540,85	1.332,19	15,66%	15,08%
Remuneração a Pessoal	1.126,97	981,45	14,83%	11,03%
Encargos Patronais	382,31	319,46	19,67%	3,74%
Benefícios a Pessoal	31,55	31,23	1,02%	0,31%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,02	0,05	-60,00%	0,00%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	589,93	553,22	6,64%	5,77%
Aposentadorias e Reformas	351,92	326,06	7,93%	3,44%
Pensões	228,30	218,91	4,29%	2,23%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9,71	8,25	17,70%	0,10%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	281,04	243,02	15,64%	2,75%

Uso de Material de Consumo	25,86	12,69	103,78%	0,25%
Serviços	220,39	197,80	11,42%	2,16%
Depreciação, Amortização e Exaustão	34,80	32,52	7,01%	0,34%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8,35	11,93	-30,01%	0,08%
Juros e Encargos de Mora	0,35	0,08	337,50%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	1,04	1,39	-25,18%	0,01%
Descontos Financeiros Concedidos	2,21	3,50	-36,86%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4,75	6,96	-31,75%	0,05%
Transferências e Delegações Concedidas	6.348,80	5.151,43	23,24%	62,14%
Transferências Intragovernamentais	5.961,61	4.993,34	19,39%	58,35%
Transferências Intergovernamentais	253,16	89,97	181,38%	2,48%
Transferências a Instituições Privadas	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	134,03	68,09	96,84%	1,31%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.389,96	4.348,65	-68,04%	13,61%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.330,56	4.298,53	-69,05%	13,02%
Perdas com Alienação	-	-	-	-
Perdas Involuntárias	1,27	1,65	-23,03%	0,01%
Incorporação de Passivos	17,22	11,90	44,71%	0,17%
Desincorporação de Ativos	40,91	36,57	11,87%	0,40%
Tributárias	0,64	0,64	0,00%	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,56	0,58	-3,45%	0,01%
Contribuições	0,08	0,06	33,33%	0,00%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	0,15	1,04	-85,58%	0,00%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,14	1,04	-86,54%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	56,60	7,02	706,27%	0,55%
Incentivos	-	-	-	-
Subvenções Econômicas	-	1,65	-	-
Constituição de Provisões	55,25	3,97	1291,69%	0,54%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1,35	1,40	-3,57%	0,01%

Fonte: Siafi Web – 2026

Pessoal e Encargos

No primeiro trimestre de 2026, as despesas com remuneração de pessoal e aos encargos totalizaram R\$ 1,541 bilhão, com aumento de 15,66% em relação com o mesmo período do exercício anterior, representando 15,08% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir:

	Em milhões			
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Remuneração de Pessoal	311,14	815,82	1.126,96	73,13%
Encargos Patronais	57,77	324,54	382,31	24,81%
Benefícios a Pessoal	28,71	2,84	31,55	2,05%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	-	0,23	0,23	0,01%
Total	397,62	1.143,43	1.541,05	100,00%

A Remuneração de Pessoal, composta pela despesa de vencimentos e salários, gratificações, férias e 13º salário de pessoal abrangido pelo RPPS e RGPS, representou 73,13% do grupo de Pessoal e Encargos, perfazendo um total de R\$ 1,127 bilhão no primeiro trimestre de 2026, sendo que a empresa Embrapa representa 72,39% desse total.

O subgrupo “Benefícios a Pessoal” engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos, estatutários e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 31,55 milhões, demonstrado na tabela abaixo:

Em milhões				
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV (%)
Auxílio Alimentação – RPPS	20,00	0,00	20,00	63,39%
Auxílio Transporte – RPPS	0,72	0,00	0,72	2,28%
Auxílio Moradia – RPPS	3,48	0,00	3,48	11,03%
Ajuda de Custo – RPPS	0,16	0,00	0,16	0,51%
Auxílio Creche – RPPS	0,93	0,00	0,93	2,95%
Sentenças Judiciais – RPPS	0,01	0,00	0,01	0,03%
Retribuição em Serviços no Exterior – RPPS	2,75	0,00	2,75	8,72%
Outros Benefícios a Pessoal – RPPS	0,30	0,00	0,30	0,95%
Auxílio Alimentação – RGPS	0,26	0,00	0,26	0,82%
Auxílio Transporte – RGPS	0,08	0,02	0,10	0,32%
Auxílio Moradia – RGPS	0,00	0,05	0,05	0,16%
Auxílio Creche – RGPS	0,02	2,77	2,79	8,84%
Total	28,71	2,84	31,55	100,00%

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 589,93 milhões, representando 5,77% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir, e teve aumento de 6,64% em relação ao exercício anterior:

Em milhões				
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Aposentadorias e Reformas	351,92	-	351,92	59,65%
Pensões	228,30	0,00	228,30	38,70%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9,71	-	9,71	1,65%
Total	589,93	0,00	589,93	100,00%

Os Benefícios Previdenciários e Assistências são compostos por aposentadorias do RPPS, férias, 13º salário, sentenças judiciais, pensões do RPPS, licença-prêmio para pensionista, sentenças judiciais de pensões do RPPS, pensão a anistiados, auxílio funeral, assistência à saúde e outros benefícios.

Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade são as seguintes: uso de material de consumo, serviços e depreciação, amortização e exaustão.

No primeiro trimestre, observou-se um aumento de 15,64% em comparação ao mesmo período de 2025, resultado, principalmente, do crescimento das despesas com a rubrica Serviços.

No subgrupo de serviços, destacaram-se os seguintes acréscimos em relação ao primeiro trimestre de 2026: serviços técnicos profissionais; serviços de apoio administrativo, técnico e operacional; serviços de comunicação, gráfico e operacional; serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem; fornecimento de alimentação e serviço de comunicação, gráficos e audiovisuais.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Neste trimestre, o saldo desse grupo foi de R\$ 8,35 milhões, representando uma redução de 30,01% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A maior redução ocorreu na rubrica Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeira, devido aos registros das atualizações monetárias dos resultados previstos na CVM para o plano de saúde patrocinado pela Embrapa (CASEMBRAPA) do primeiro trimestre no exercício anterior ter sido maior do que no trimestre atual.

Também contribuiu para a redução desse grupo, o subgrupo Descontos Financeiros Concedidos, que apresentou redução de 36,86% referente à diminuição de descontos financeiros das multas de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal do Mapa em relação ao exercício anterior.

Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 6,35 bilhões no primeiro trimestre de 2026, o que representa um crescimento de 23,24% em relação ao mesmo período do ano anterior. As transferências intragovernamentais financeiras concedidas correspondem 58,35% das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Dentre as rubricas de maior destaque para esse aumento, ressaltam-se: as transferências concedidas para pagamento de Restos a Pagar, em atendimento às emendas parlamentares; repasse e sub-repasse concedido de recursos financeiro referente à folha de pagamento e transferências voluntárias para pagamento de convênios.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Este grupo apresentou um saldo de R\$ 1,39 bilhão no primeiro trimestre de 2026, o que representa 13,61% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, com redução de 68,04% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Este resultado foi fortemente influenciado pela redução de 69,05%, na rubrica Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, decorrente do registro de ajustes de perdas de Empréstimos Concedidos a Receber no âmbito do órgão do Funcafé, em atendimento às recomendações do Relatório de Auditoria da CGU ocorridas no primeiro trimestre do exercício anterior. Ao invés dessa redução, houve neste trimestre uma baixa do controle de reavaliação de bens imóveis de uso especial no Mapa, que aumentou a despesa de reavaliação de bens imóveis em 36,46%.

Tributárias

O grupo apresentou saldo de R\$ 642 mil, registrando nenhum aumento em relação a 2025. Essas despesas tributárias referem-se, principalmente, de impostos sobre propriedade de veículos no órgão da Embrapa e taxas Estaduais e Municipais nos órgãos do Mapa e Embrapa.

O órgão da Embrapa se destacou como o principal responsável por essas despesas, concentrando 75,09% do total registrado no período.

Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos dos Serviços Prestados

Neste trimestre a despesa foi de R\$ 145 mil, com redução de 85,58% em relação ao mesmo período o exercício anterior, devido ter ocorrido uma diminuição dos custos das mercadorias vendidas no órgão da Embrapa no primeiro trimestre de 2026.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Neste grupo apresentou saldo de R\$ 56,60 milhões, com crescimento de 706,27% em comparação ao mesmo período de 2025, referente aos registros de provisões de benefícios assistenciais referente às licenças especiais dos funcionários da Embrapa, conforme recomendação do COAUD e da auditoria interna.

6.3 Balanço Orçamentário

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art. 35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre de 2026 do Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa, ressaltando que a Lei nº 15.346, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026, foi sancionada em 14 de janeiro de 2026.

As receitas realizadas somaram R\$ 1,758 bilhão no primeiro trimestre de 2026, conforme descrito na tabela de Receitas Realizadas abaixo:

R\$ Milhões	
NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	202,76
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	1,64
Receitas de Contribuições	0,49
Receita Patrimonial	56,93
Receita Agropecuária	0,66
Receita Industrial	0,00
Receitas de Serviços	121,39
Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	21,64
RECEITAS DE CAPITAL	1.555,89
Operações de Crédito	-
Alienações de Bens	0,14
Amortização de Empréstimos	1.555,75
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
Total da Receita Realizada	R\$ 1.758,65

Fonte: Siafiweb - março/2026.

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital. Assim, o total das Receitas Orçamentárias Primárias no 1º trimestre de 2026 foi de R\$ 202,90 milhões.

R\$ Milhões	
NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	202,76
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	1,64
Receitas de Contribuições	0,49
Receita Patrimonial	56,93
Receita Agropecuária	0,66
Receita Industrial	0,00
Receitas de Serviços	121,39
Transferências Correntes	0,00

Outras Receitas Correntes	21,64
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)	202,76
RECEITAS DE CAPITAL (III)	6.354,44
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	0,14
Amortização de Empréstimos (VII)	1.555,75
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)	0,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)	R\$ 202,90

Fonte: Siafiweb - março/2026.

A Despesa fixada, composta por Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$ 19,556 bilhões. A despesa orçamentária foi atualizada para o valor de R\$ 19,510 bilhões, neste primeiro trimestre, com despesas empenhadas de R\$ 5,457 bilhões, equivalente a 27,97% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	11.247,37	11.247,37	5.396,94	2.201,91	1.399,75	5.756,50
Pessoal e Encargos Sociais	8.254,87	8.254,87	4.916,00	2.005,63	1.255,48	3.338,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.992,50	2.898,57	480,94	196,28	144,27	2.417,63
DESPESAS DE CAPITAL	8.308,64	8.357,55	60,81	0,20	0,19	8.296,75
Investimentos	939,92	988,84	60,81	0,20	0,19	928,03
Inversões Financeiras	7.368,71	7.368,71	-	-	-	7.368,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	19.556,01	19.510,99	5.457,75	2.202,11	1.399,94	14.053,24

Fonte: Siafiweb – março/2026.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) - despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, sem processo formalizado de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor – apresentaram valores pagos, no primeiro trimestre, R\$ 623,79 milhões, referente a 15,93% do total dos Restos a Pagar não Processados - valores inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	222,36	293,97	134,32	122,67	0,38	393,27
Pessoal e Encargos Sociais	2,62	9,64	2,79	2,78	-	9,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	219,74	284,33	131,53	119,90	0,38	383,79
DESPESAS DE CAPITAL	1.113,39	2.287,09	549,35	501,12	1,69	2.897,67
Investimentos	967,24	1.973,88	497,00	448,77	1,69	2.490,66
Inversões Financeiras	146,15	313,21	52,35	52,35	-	407,01
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.335,75	2.581,06	683,67	623,79	2,07	3.290,94

Fonte: Siafiweb - março/2026.

Os Restos a Pagar Processados - despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior – apresentaram valores pagos neste exercício de R\$ 992,29 milhões, referente a 38,48% do saldo dos Restos a Pagar Processados - inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados:

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	28,09	1.192,62	857,68	3,56	359,47
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	743,58	713,95	3,50	30,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23,74	449,04	143,73	0,06	328,99
DESPESAS DE CAPITAL	367,46	1.005,50	134,61	11,18	1.227,17
Investimentos	367,46	1.005,50	134,61	11,18	1.227,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	395,56	2.198,12	992,29	14,74	1.586,65

Fonte: Siafiweb - março/2026.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é oriundo do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista o critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No primeiro trimestre de 2026, as receitas realizadas foram de aproximadamente R\$ 1,758 bilhão, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 5,457 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 3.699,10 bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	22000	22101 e 74104
II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	22202
III – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	22906 e 74901

Fonte: CGOF

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias, decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

Descentralizações Recebidas pelo Órgão Superior Mapa: com valores firmados de R\$ 344,84 milhões, sendo o valor de R\$ 315,22 milhões da EMBRAPA, representando 91,46% do valor total firmado.

Descentralizações Concedidas pelo Órgão Superior Mapa: com valores firmados de R\$ 2,038 bilhões, tendo o Mapa os valores mais expressivos - R\$ 1,900 bilhões, representando 93,27% do valor total firmado.

R\$ Milhões

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PARA O MAPA			
	Valores Firmados	TED a Receber	TED a Comprovar	TED Comprovado	Valores Firmados	A Repassar	A Comprovar	Comprovado
MAPA	29,62	2,13	27,49	-	1.900,96	1.141,55	665,52	24,67
EMBRAPA	315,22	74,16	220,42	0,39	69,09	42,28	8,92	17,89
FUNCAFÉ			-	-	68,01	22,62	45,39	-
TOTAL	344,84	76,29	247,91	0,39	2.038,06	1.206,45	719,83	42,56

FONTE: SIAFI HOD - março/2026

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizaram R\$ 19,556 bilhões, com destaque para a Dotação Inicial do Funcafé, no valor de R\$ 7,376 bilhões, representando 40,65% da dotação inicial.

Assim, após as dotações suplementar, extraordinária e os cancelamentos, apresentaram o valor de R\$ 19,510 bilhões, sendo R\$ 7,273 bilhões referentes ao Ministério da Agricultura e Pecuária, representando 37,72% do valor total no primeiro trimestre.

R\$ Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	7.338,95	-	-	42,77	(108,01)	7.273,71
EMBRAPA	4.840,90	20,23	-	-	-	4.861,12
FUNCAFE	7.376,16	-	-	-	-	7.376,16
TOTAL	19.556,01	20,23	-	42,77	(108,01)	19.510,99

FONTE: TG – março/2026.

Portarias publicadas até o 1º trimestre de 2026 que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Crédito Extraordinário	Portaria GM/MPO nº 14, de 23 de janeiro de 2026	350 - Reabertura de Crédito Extraordinário, aberto nos últimos quatro meses do exercício anterior, atendendo os limites dos saldos apurados no SIAFI, em 31 de dezembro do exercício anterior.	SDA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 12, de 19 de janeiro de 2026	119 - Recomposição de dotações classificadas com RP 0, 2 e 3 até o limite do valor das dotações no PLOA, no âmbito de cada subtítulo. (LOA-2026, art. 4º, § 4º)	CGPI
Crédito Extraordinário	Portaria GM/MPO nº 17, de 26 de janeiro de 2026	100b - Suplementação de demais despesas que não possam ser atendidas pelos tipos 100 e 100a, limitada a 25% do valor do subtítulo na LOA.	EMBRAPA
		119 - Recomposição de dotações classificadas com RP 0, 2 e 3 até o limite do valor das dotações no PLOA, no âmbito de cada subtítulo.	CGPI
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 68, de 9 de março de 2026	186 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda individual (RP 6).	CGPI
			EMBRAPA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 80, de 18 de março de 2026	620 - Alteração de GNDs em relação a subtítulos constantes da LOA e de créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos	SDR
			SE
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 99, de 31 de março de 2026	620 - Alteração de GNDs em relação a subtítulos constantes da LOA e de créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos	SDR

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/ 2026

6.4 Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Na análise do Balanço Financeiro do 1º trimestre de 2026, observa-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 2,031bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Demonstração do Resultado Financeiro.

R\$ Milhões				
	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	AV (%)
(+) Ingressos	15.022,92	16.518,43	-9,05%	100,00%
Receitas Orçamentárias	1.758,65	1.680,75	4,63%	11,71%
Transferências Financeiras Recebidas	7.454,28	5.568,90	33,86%	49,62%
Recebimentos Extraorçamentários	4.140,40	3.630,99	14,03%	27,56%
Saldo do Exercício Anterior	1.669,59	5.637,79	-70,39%	11,11%
(-) Dispêndios	12.991,03	12.124,90	7,14%	100%
Despesas Orçamentárias	5.457,75	4.864,43	12,20%	42,01%
Transferências Financeiras Concedidas	5.911,70	4.956,88	19,26%	45,51%
Pagamentos Extraorçamentários	1.621,58	2.303,59	-29,61%	12,48%
(=) Resultado Financeiro	2.031,90	4.393,54	-53,75%	

Fonte: Siafi Web março/2026

A análise horizontal mede o desempenho de um determinado item em relação ao período anterior.

Ao comparar o Resultado Financeiro apurado no 1º trimestre de 2026 com o mesmo período de 2025, nota-se que houve um decréscimo de 53,75%.

6.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

- Atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do Órgão;
- Atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas

de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos;

- Atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais contribuíram para uma Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa de R\$ 362,31 milhões com um Resultado Superavitário apurado no período de R\$ 2,031bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

	R\$ Milhões		
Detalhamento	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	-882,46	-1348,9	34,58%
Fluxo das Atividades de Investimento	1.244,76	104,66	1.089,34%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	362,31	-1.244,25	29,12%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.669,59	5.637,79	-70,39%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final ou Saldo para o Exercício Seguinte ou Resultado Financeiro	R\$ 2.031,90	R\$ 4.393,54	-53,75%

Fonte: Siafi Web março/2026.

A partir da análise da tabela acima, observa-se que o fluxo de caixa das atividades operacionais, apresentou uma variação de 34,58%, indicando redução na saída de caixa operacional, evidenciando melhora no desempenho das operações, por meio da redução da saída líquida de caixa de (R\$ 1.348,90) para (R\$ 882,46), ainda que permaneça negativa. Verifica-se, ainda, aumento significativo na entrada de caixa das atividades com investimentos em 1.089,34%, referente aos Empréstimos Concedidos a Receber do Funcafé em virtude de o recebimento de parcelas de empréstimos concedidos ter sido de R\$ 1,55 bilhão e o pagamento de novos empréstimos apenas de R\$ 52,3 milhões.

A variação de 129,12% na Geração Líquida de Caixa não representa deterioração, mas sim uma reversão de resultado, passando de um consumo de caixa de (R\$ 1.244,25) em 2025 para uma geração positiva de R\$ 362,31 em 2026.

Entretanto, observa-se que o saldo final de caixa apresentou redução de 53,75%, passando de R\$ 4.393,54 em 2025 para R\$ 2.031,90 em 2026. Tal variação decorre, principalmente, da significativa redução do saldo inicial de caixa e equivalentes, que passou de R\$ 5.637,79 para R\$ 1.669,59, representando decréscimo de 70,39%.

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	362,31	-1.244,25	-129,12%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.669,59	5.637,79	-70,39%
Resultado Financeiro/ Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 2.031,90	R\$ 4.393,54	-53,75%

6.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL, na Análise Horizontal, verificou-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou um decréscimo de 34,42%, no primeiro trimestre de 2026 em comparação com o exercício de 2025.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição

R\$ Milhões			
DMPL	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.180,43	3.180,43	-
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	182,50	134,01	36,18%
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,05	0,05	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	295,04	280,33	5,25%
RESULTADOS ACUMULADOS	557,66	2.833,08	-80,32%
-Resultado do exercício	-2.284,42	-7.257,62	-68,52%
-Resultado de exercícios anteriores	2.833,08	10.273,05	-72,42%
-Ajustes de Exercícios Anteriores	9,00	182,35	-95,06%
AÇÕES EM TESOUREARIA	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.215,67	6.427,90	-34,42%

Fonte: Siafi Web março/2026.

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), na análise horizontal, verificou-se que o Patrimônio Líquido do MAPA apresentou redução de 34,42% no primeiro trimestre de 2026 em comparação com o exercício de 2025.

Essa variação decorre, principalmente, da redução dos Resultados Acumulados (-80,32%), influenciada pela diminuição dos resultados de exercícios anteriores (-72,41%).

Ressalta-se que, embora o resultado do exercício de 2026 permaneça negativo (R\$ 2,284 bilhões), observa-se redução do prejuízo em relação a 2025 (R\$ 7,257 bilhões).

Em Ajustes de Exercícios Anteriores, observa-se melhora do saldo no período, com reversão de saldo negativo em 2025 para saldo positivo de R\$ 9 milhões em 2026.

7. Referências

7.1. Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) Instruções de Procedimentos Contábeis - [IPCs Vigentes](#)
- 3) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 2ª Edição – 2025
- 4) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – Versão 2 -2019
- 5) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª Edição – Válido a partir de dez 2024
- 6) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Estendido
- 7) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Federação

7.2 Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

- 3) <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral/2025/22>
- 4) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais>
- 5) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/>
- 6) <https://portal.tcu.gov.br/>
- 7) <https://www.gov.br/impresanacional/pt-br>
- 8) <https://cfc.org.br/>
- 9) <https://crcdf.org.br/>
- 10) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/tecnologia-da-informacao/sistemas/orgaos/mapa/spoa/sei-sistema-eletronico-de-informacoes-1>
- 11) <https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/pesquisa>
- 12) <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim>
- 13) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 14) <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>
- 15) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 16) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 17) <https://www.siapenet.gov.br/Portal/>
- 18) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>